



46 para melhorar esse gasto né, estou falando de coisas simples também né, telefone, luz,
47 água, tudo né, nós temos controle hoje quase que geral de tudo, através da internet, através
48 do nosso sistema nosso o SIAM, já colocado todos s disposição de todos os funcionários da
49 secretaria nós estamos procurando contemporizar essa fase né, nós temos uma reunião de
50 secretário de quatro em quatro meses, devemos ter outra em junho, pra gente ver que nós
51 estamos acompanhando de perto junto à secretaria da fazenda, secretaria de planejamento,
52 pra verificar os ajustes que a gente vai ter que fazer ao tempo né, espero que, parece que
53 estamos enxergando uma luzinha no fundo do posso, começa a se enxergar algumas
54 expectativas muito boas de melhoramento é, eu tenho notado que as áreas que foram mais
55 afetadas no estado de Minas, eu mexo com oito, nove áreas que o estado mexe, as menos
56 afetadas é o Triângulo Mineiro, Agrossilvopastoril continua o mesmo ritmo, praticamente
57 não mudou nada, o Sul de Minas mudou muito pouco né, e as mais afetadas são Alto São
58 Francisco e Leste, que mais caiu processo de licenciamento, pedido de licenciamento, isso
59 porque é uma área justamente industrial onde as *commoditties* sofreram tremendamente
60 não só no mercado né, com preços caindo de tabela, problema de cambio, problema de
61 preço, problema é, mas principalmente por ser uma região rica nesse sentida, então essa
62 região houve um abaixamento aí bem grande das procuras de licenciamento e isso é
63 bastante interessante porque todos precisam de licenciamento, então mostra claramente
64 alguns projetos e desenvolvimentos da região, Norte e Noroeste teve um aumento , por
65 incrível que pareça as pessoas estão procurando muito Noroeste por ser uma região
66 agrossilvopastoril mas também é, muito eucalipto da Arcelor, da, da, antiga Mannesman
67 que tem lá e, principalmente aquela tem muita parte da Acesita , então não caiu tanto,
68 muitos novos, muitos novos investimentos indo pra lá, aumentou-se muito investimento
69 classe 1 e 2 pequenos investimentos, classe 3 e 4 diminuiu bastante, 5 e 6 mantêm no ritmo
70 adequado, então, só pra dar pequeno quadro de como é que nós estamos de processo de
71 licenciamento no estado de Minas Gerais, lembrando aos senhores que, e é bom que a
72 gente discuta isso, que muitas das empresas com grandes projetos continuam com projeto a
73 toda né, porque alguns projetos imensos que demoram quatro, cinco anos pra se tornarem
74 viáveis, começar a produzir, todo mundo espera que daqui a quatro anos tenhamos , três,
75 quatro anos tenhamos recuperado, estejamos já a todo no processo de recuperação quase
76 que total, então as pessoas aplicam hoje, pra começar agora o licenciamento, construir a
77 construção, pra que daqui a três anos quando entrar no processo de produção final elas
78 estarem adequadas com o meio ambiente, com tudo isso, então, classe 5 e 6 não desceu
79 porque são grandes projetos e as pessoas continuam né, mesmo que eu não acredito que
80 alguns projetos, mineração grandes, estão sendo desenvolvidos no estado entre a toda,
81 porque depende do mercado, não adianta, se você não tem quem compre não adianta fazer
82 né, tem que ter quem compre na outra ponta né, e o problema do mercado internacional
83 desafetou seriamente o *commoditties*, então eu acredito que muitos projetos grandes que
84 nós estamos fazendo de mineração eles vão começar gradativamente não como foi
85 licenciado pra tantas mil toneladas, mas vão começar gradativamente até alcançar isso né,
86 no tópico que se espera aí de três anos, quatro ano, é um prazo que se dá, há muito chute
87 nisso né, eu não queria ser mais um chutador, dando aí valores que me dão né, sempre digo
88 que hoje os economistas estão tendo um discurso diferente do que tinha a oito meses atrás
89 né, então oito meses atrás eles eram chutadores, não, eles tinham uma perspectiva de
90 futuro, de desenvolvimento do estado, de desenvolvimento e achavam que a coisa
91 continuariam, então eu só estou colocando isso pros conselheiros pra dizer que vocês
92 fazem parte dessa economia do estado conosco aqui tentando resolver os problemas
93 ambientais conosco, só dizer que de uma certa forma eu estou vendo que a nossa pauta



94 hoje, tem quantos processos, 13 processos né, 13 processos, eu estou vindo de uma reunião
95 de Varginha teve 60 processos né, só pra mostrar que existe diferença, voltei agora de
96 Uberlândia, Uberlândia teve 55 processos, então continua a toda lá, aqui houve, caiu-se um
97 pouco, números de processos em pauta, mostrando que há menos gente procurando pelo
98 licenciamento, e não é atraso da SUPRAM não, porque nós estamos com um trabalho
99 imenso de auditoria pra colocar todos os processos de licenciamento num prazo mínimo
100 possível a disposição pra que os senhores possam julga-los e vota-los o processos que tem
101 aqui na regioao, então é apenas uma primeira colocação, uma segunda colocação, e essa eu
102 acho muito interessante, é que eu voltei de São Paulo agora e tive uma discussão muito
103 profunda e interessante sobre mão-de-obra a nível do estado né, nós sofremos muito com
104 problema de mão de obra de, na época do rumo da economia, nós perdemos cerca de 60
105 profissionais treinados só na área de licenciamento ambiental né', pra problemas direitos
106 das pessoas procurarem o trabalho que eles acham melhor né, os jovens principalmente
107 procurar, mesmo que os jovens hoje não está muito preocupado com segurança não, ele
108 está querendo outra coisa, querendo, o jovem hoje não é o homem de 40, 50 que está na
109 chefia, tem uma outra cabeça, uma outra maneira de trabalhar, tem que ser administrado de
110 maneira diferente, as grandes indústrias estão procurando esse caminho, porque hoje
111 trabalhar três gerações dentro de uma indústria não é fácil, com diferenças bastante grande
112 de maneira de pensar, natural na evolução, natural, isso é naturalismo, nós que estamos
113 com idade e temos filhos e netos sabemos disso né, que há diferença tremenda na, como
114 eles se comportam, mas isso acontece na indústria, acontece na gestão que nós fazemos,
115 então nós perdemos muita gente, hoje essa mão de obra está voltando né, inverteu o
116 processo, porque há uma admissão mesma que ela não apareça, assim coisa, mas é uma
117 admissão muito lenta pelo efeito da crise, então nós não tínhamos, sumiu da praça geólogo
118 por exemplo, engenheiro de Minas, aqui nessa região não tinha, hoje eu tenho 10 currículo
119 de geólogo na minha mesa pra, pedindo emprego, então há uma reversão no problema de
120 mão de obra também, o que nos ajuda um pouco a recolocar, isso é bom por um lado, mal
121 pro outro né, a gente tem que pesar isso, mas para o sistema de licenciamento a gente tem a
122 disposição aí profissionais para se incorporarem ao nosso processos de análises de projeto,
123 então esses processos também a gente tem notado na nossa gestão pública para que os
124 processos saiam bem feito, com qualidade e dentro de um tempo de velocidade que nós
125 precisamos de ter, bem, dito isso eu gostaria de deixar bem claro também de que nós
126 trocamos a minha suplente aqui, vice-presidente que era a Cleide né, que era do IGAM,
127 presidente do IGAM, foi feito um pequeno remanejamento ela viria hoje e não pode, ela
128 estará aqui, eu estarei dando posse a ela aqui na próxima reunião, seria a Zuleika, que foi
129 diretora muito tempo da FEAM, a Cleide mexe com a parte de recursos hídricos,
130 presidente do IGAM hoje, ela está indo pra, é, nós estamos trocando, está vindo de
131 Uberlândia pra cá a Dr^a Zuleika que vai assumir o cargo no meu lugar e a Cleide está inda
132 pra Uberlândia pra assumir no Triângulo Mineiro né, sempre essas trocas são boas porque
133 fazem com que as pessoas tem uma visão mais integrada do processo de licenciamento e
134 compartilha com as várias regiões né, as suas dificuldades, porque é diferente, cada região
135 tem uma característica, você não tem uma reunião da URC igual a outra, cada uma é de um
136 jeito, as pessoas são diferentes, as várias Minas né, de Guimarães Rosa, e são várias Minas
137 Gerais mesmo, as pessoas, as culturas influem, a maneira das pessoas se relacionarem,
138 tudo isso é diferente né, a gente que participa disso tudo, a gente nota uma diferença
139 tremenda e rica, muito rica, Graças a Deus somos diferentes, se não bastava um
140 computador não precisava da gente aqui né, Graças a Deus, com essas diferenças é que a
141 gente cresce, mas eu gostaria só de colocar que nesse aspecto então a Zuleika, eu vou estar



142 com a Zuleika fazendo apresentação dela na próxima reunião, espero, não pode vir hoje
143 porque já tinha me avisado a mais tempo, já dei posse à Cleide né, acho que ela despediu
144 de vocês na última reunião que esteve aqui né, e saiu chateada porque ela fez amizade aqui,
145 conheceu uma porção de gente, mas isso é bom, a Cleide, a Cleide, a Cleide precisa, a
146 gente vai precisar inclusive dela lá, nós estamos com muito problema no Rio Grande e no
147 Paranaíba, problema sério no Comitê de Bacia e problema sério naquela região, então ela
148 vai nos ajudar um pouco lá indo na reunião resolvendo os problemas e a Zuleika foi, área
149 dela, ela mexe com, foi diretora na área de mineração e siderurgia, que é uma área forte
150 nessa região, então ela tem um longo conhecimento como diretora na FEAM né, durante
151 muito tempo nessa área aqui e vai poder ajudar muito vocês aqui, eu tenho certeza. Bem,
152 eram essas as três informações que eu queria dar né, no item dois na abertura do secretário-
153 adjunto que está aqui na nossa pauta. Eu vou passar para o item 3 da nossa pauta,
154 comunicado dos conselheiros está aberto, olha, eu gostaria, eu sempre faço isso,
155 comunicado tá, porque assuntos gerais está lá no item 11 tá, é porque às vezes a gente
156 emenda tudo, nós estamos falando em comunicado, exatamente por isso, assuntos gerais,
157 reclamações, isso demora mas está lá no final, agora são comunicados da região,
158 comunicados que os conselheiros queira fazer, está aberto pros senhores, por favor.
159 PEDRO EDSON BATISTA, CONSELHEIRO FETAEMG – Dr. Shelley, mais uma vez é
160 um prazer estar junto com o senhor né, nessa mesa, gostaria de estar fazendo um pedido ao
161 nosso caro colega conselheiro dessa mesa, o senhor como presidente, abrir um espaçozinho
162 para um companheiro meu de trabalho que está aqui hoje pra fazer um pequeno desabafo, é
163 rapinho, não vai tomar muito tempo, se puder ser nesse momento que. SHELLEY DE
164 SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - só um minuto, eu queria que eles
165 fizessem o comunicado e eu volto a você, tá bom? Faz os comunicados, por enquanto os
166 comunicados, eu gostaria de falar também sobre a semana do meio ambiente que começa
167 dia cinco agora. TENENTE JURAIR CABRAL DE LACERDA, POLÍCIA AMBIENTAL
168 –gostaria de comunicar aos senhores que no sábado dia 23 às 9 horas no Vale Silvestre, a
169 oitava Companhia de Meio ambiente de trânsito estará lançando o policiamento ambiental
170 comunitário no Pico do Ibituruna, os senhores e as senhoras estão todos convidados, o
171 local é Vale Silvestre. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO –
172 eu vou pedir uma coisa, essa parte de comunicação é muito importante, eu queria que
173 vocês mandassem pra ASCOM, Assessoria de Comunicação da Secretaria todas as
174 comunicações que forem feitas aqui pra que a gente publicasse no nosso portal da
175 secretaria de meio ambiente pra que isso ficasse registrado. ALICE, MOVIMENTO PRÓ-
176 RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI – comunicar aos senhores que o processo de
177 eleição do Comitê do Suaçuí está aberto para os empreendimentos até o dia primeiro, no
178 quinto andar do Banco do Brasil. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-
179 ADJUNTO - quando é que vai ser, até dia primeiro é a inscrição né, e quando é que vai ser
180 a nova comissão mais ou menos, tem marcado? ALICE MOVIMENTO PRÓ-RIO TODOS
181 OS SANTOS E MUCURI – não, eu não sei porque isso seria com Catatau e ele acabou de
182 sair da sala. O Catatau, por gentileza, a resposta para o Dr. Shelley. SHELLEY DE
183 SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – só pra saber a data, já tem a data?
184 Não né. É junho, julho, então tá. Isso aí eu gostaria que vocês passassem pra ASCOM, é
185 bom a gente colocar pra todo mundo ficar sabendo tá, ok, vamos lá, perfeita.. ELISA
186 COSTA, PREFEITA DE VALADARES, CONSELHEIRA – eu só queria registrar que nós
187 iniciamos na reunião da parte da manhã aqui com a presença do Dr. Shelley e também o
188 IEF o processo de discussão de implantação de um futuro parque municipal em
189 Governador Valadares com contribuições do Estado, da Secretaria Estadual de Meio



190 Ambiente com também o Ministério do Meio Ambiente onde técnicos das duas áreas vão,
191 os dois entes federados vão nos ajudar a escolher tecnicamente uma área e da mesma
192 forma elaborar os projetos pra futuramente a captação de recursos e isso vai ter um caráter
193 regional porque como Valadares também é pólo dessa região então o parque onde nós
194 vamos ter a proposta é centro de pesquisa, centro de educação ambiental, ou seja, uma
195 série de atividades , de visitação, de turismo, enfim uma soma de utilidades e benfeitorias
196 no ponto de vista ambiental, então isso pra nós é muito importante, esse processo vai ser
197 discutido e debatido com a cidade e com a região pra que a gente possa construir
198 coletivamente essa proposta né, então os técnicos já vão vir, nós já olhamos a principio
199 duas áreas mas estamos aceitando sugestões da comunidade, de vocês, onde vocês possam
200 ver ou enxergar onde que seria o melhor lugar para se ter um parque municipal na nossa
201 cidade com características regionais, iniciamos o processo de ouvir a comunidade em
202 relação a esse tema e também receber projetos e sugestões sobre o nosso futuro parque,
203 muito obrigada. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO –
204 obrigado prefeita e parabéns, eu acho que essas coisas são fundamentais né, um parque
205 aqui, uma coisa maravilhosa né, tenho certeza que isso vai ser muito bem coordenado pela
206 prefeita né, que o estado estará sempre, estará sempre com vocês aqui em Governador
207 Valadares, e mesmo eu não sendo de Valadares eu também vou escrever uma cartinha
208 fazendo a sugestão de lugar, pode prefeita, então está bom, porque eu venho muito aqui,
209 então eu acho que todo mundo tem que participar nessa hora, mas tem dois lugares
210 maravilhosos que escolheram, se forem lá, qualquer um dos dois que for escolhido vai ficar
211 muito bom, o IEF vai estar junto, vai estar todo o pessoal do IEF né, fazendo estudo,
212 ajudando na concepção desse parque, mais alguma coisa? Então cinco minutos, no
213 máximo, tá. Vou abrir pra você pelo respeito que eu tenho por você, tá, mas não era, cinco
214 minutos no máximo. Presidente do Sindicato Rural de Nova Belém (não se identificou) -
215 Primeiramente eu gostaria de estar cumprimentando aos senhores membros do conselho,
216 Sr. Presidente, a Prefeita, é, não vou tomar o tempo de vocês como o senhor mesmo disse o
217 tempo é curto, estou aqui hoje pra tá trazendo, noticiando pra vocês de fato o que tem
218 ocorrido no município de Nova Belém ao qual eu sou presidente do sindicato rural dos
219 trabalhadores rurais de Nova Belém, o nosso município tem uma área de 70 km² e está
220 sendo feito uma obra que está, uma obra que está ameaçando o meio ambiente mais ou
221 menos 4 hectares, isso é uma área de preservação ambiental, fora contar que o rio está
222 sendo feito uma drenagem no rio com a extensão de mais ou menos 1km e meio, já
223 procurei a secretaria de meio ambiente em Belo Horizonte entrei com pedido, tive na
224 polícia federal, na polícia ambiental em Mantena, na Comarca de Mantena, que o
225 município é da Comarca de Mantena, levei prova junto à polícia ambiental, a polícia não
226 recebeu essas provas, falou que ia tomar providências e não tomaram, procurei o chefe do
227 IEF também daquela comarca, também o chefe do IEF também não tomou nenhuma
228 providência, entrei com a denúncia junto ao Ministério Público daquela comarca e até hoje
229 também não foi feita nenhuma providência e por último entrei com um pedido junto ao
230 COPAM, gostaria aqui de pedir aos senhores conselheiros que se estivesse analisando,
231 olhando, porque esta área onde está sendo feito um aterro pra construção de lotes pra ser
232 vendidos, essa área, é, esse ano no dia sete de janeiro houve uma enchente que essa área foi
233 todo alagado, se acontecer uma outra enchente, a cidade que fica pra cima do rio, que fica
234 ao lado do rio, ela vai sofrer grande conseqüência, então é o meu pedido, eu gostaria que
235 vocês estivessem analisando, cobrando das pessoas que são responsáveis por essa área, que
236 estivessem tomando providencia, porque eu já não estou achando mais caminho, está
237 entendendo, o caminho que achei agora é estar procurando ao COPAM e pedindo que



238 vocês analisem e que mande alguém pra fiscalização, porque não estou querendo criticar
239 mas, nesta área eu tenho certeza que o ministério público junto com o poder judiciário já
240 passaram três vezes nessa área além de ter a denúncia em mão já passaram nessa área e
241 viram que está acontecendo uma degradação ao meio ambiente, assoreamento do rio e
242 nenhuma providência foi tomada, a policia ambiental também já esteve lá por diversas
243 vezes, mas providência nenhuma foi tomada, eu agradeço pela oportunidade, uma boa
244 tarde aos senhores e as senhoras. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-
245 ADJUNTO – nós é que agradecemos você, eu gostaria que isso fosse anotado né, eu quero
246 levar isso pro CGFAI pessoalmente tá, e com a policia lá de Belo Horizonte pra verificar
247 isso e te dou uma resposta, ao conselheiro dou uma resposta, eu vou ver o que está
248 acontecendo, agora eu gostaria, você trouxe alguma coisa por escrito mostrando o local, já
249 tem, a tá, você já entregou na SUPRAM, então tá, me entrega pra eu levar uma copia disso,
250 ok, eu vou olhar isso pra você. PEDRO EDSON BATISTA, FETAEMG – Dr. Shelley, é
251 porque a ansiedade, é que a obra está a todo vapor, lá deve ter mais de 30, 40 caminhão
252 trabalhando, tem duas reta-escavadeira entendeu, aí se demorar um pouco a obra já está
253 pronta. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – ok, pode
254 deixar que eu vou olhar isso, mais alguma coisa? Não? então tá ok. Item 4 da nossa pauta
255 Processo Administrativo para exame de Licença de Prévia: 4.1 Mendes Júnior Siderurgia
256 S/A – UHE Traíra II / Geração e Fornecimento de Energia Elétrica – Peçanha/MG –
257 PA/COPAM/Nº 00327/1997/003/2001 – Classe 5 Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro.
258 Destaque , alguém mais destaque, ok FIEMG, Marco Antônio, por favor. MARCO
259 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – esse processo da Mendes Júnior eu
260 pedi destaque porque tem uma manifestação do próprio empreendedor sobre esse processo
261 que eu gostaria de passar a palavra pra ele. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO,
262 SECRETÁRIO-ADJUNTO – ok, empreendedor primeiro, por favor. Como sempre cinco
263 minutos tá. LUIS CONSTANTINO CLAVES, REPRESENTANTE DA MENDES
264 JÚNIOR - boa tarde Dr. Shelley, prefeita, senhores conselheiros, eu queria comentar sobre
265 o parecer técnico que foi elaborado pelo corpo da SUPRAM Regional, efetivamente esse é
266 um processo de licenciamento que vem se arrastando muitos anos e como está bem
267 influenciado no parecer, existem machas, contra machas e eu não estou aqui para
268 questionar, eu queria apenas fazer dois registros pedindo que eles constassem em atas no
269 sentido de esclarecer e também preservar a própria posição do empreendedor. SHELLEY
270 DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – só um minutinho, todo mundo
271 recebeu o processo né, ok, é só porque está todo mundo a par do que é né, pode ser que
272 alguém não tenha lido e não saiba, só pra eles saberem o quê que é o projeto. LUIS
273 CONSTANTINO CLAVES, REPRESENTANTE DA MENDES JÚNIOR – o parecer
274 menciona na página seis que a Mendes Júnior propôs uma segunda alternativa pra
275 SUPRAM Central que eu gostaria de esclarecer que foi feito apenas uma consulta relativa
276 a uma hipótese de partição, com o processo de licença ambiental estava inconclusa, se
277 arrastando a vários anos, essa consulta seria importante para analisar a eventual
278 conveniência de partição e caso positivo de reabri-la, apenas isso, minha segunda
279 observação e que o parecer menciona na página treze uma suposta inércia do
280 empreendedor no caso a Mendes Júnior, na verdade quando dos debates relativos ao EIA-
281 RIMA em todas as discussões que geraram em torno disso, a última colocação que existiu
282 foi do próprio empreendedor colocando se a disposição e solicitando uma reunião para
283 esclarecimento, isso ficou pendente de solução até agora, eu apenas faço menção disso
284 apenas pra resguardar a nossa posição de que não houve inércia de nossa parte, eu não
285 tenho maiores considerações a fazer, agradeço a oportunidade de lhes falar e meu muito



286 obrigado. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – os técnicos
287 gostariam de colocar alguma coisa? Não? ok. É, nós temos uma dificuldade tremenda no
288 Brasil que é a comunicação né, às vezes você vai olhar um problema desse, falou não
289 falou, interpretação, etc, aí você vai ver é puro problema de comunicação, esse é um
290 processo mais antigo né, que começou em Belo Horizonte e está chegando aqui pra nós
291 resolvermos, então às vezes naquela época tinha tido havido algum problema de curto-
292 circuito na comunicação, não é que a inércia, se a pessoa que um projeto ela é primeira
293 interessada a correr, mas às vezes a pessoa do outro lado está esperando e ela que, isso
294 existe aos montes né, mas tudo bem, vamos ver, não conheço o processo pra poder fazer
295 um julgamento de valor, é apenas consideração, continua aberto, ok, nada mais. MARCO
296 ANTÔNIO ASTOLFI DINIS RODRIGUES, FIEMG – Shelley, só um momento, eu
297 gostaria que na hora que fosse transcrever a fala do empreendedor que não constasse só
298 que o empreendedor se manifestou, constasse todas as suas palavras na ata, porque de vez
299 em quando aparece, ah teve manifestação do empreendedor. SHELLEY DE SOUZA
300 CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – a pedido do conselheiro que seja considerado o
301 que foi dito pela Mendes Júnior, pelo representante da Mendes Júnior, ok, alguma coisa,
302 não, então eu coloco em votação, quem estiver de acordo se mantenha como está, ok,
303 APROVADO. Item 5 da nossa pauta Processo Administrativo para exame de Licença de
304 Instalação Corretiva: Antares Reciclagem Ltda. / Produção de Substâncias Químicas e de
305 Produtos Químicos Inorgânicos (Soda Cáustica em Escamas), Reciclagem ou Regeneração
306 de Produtos Químicos – Governador Valadares/MG – PA/COPAM/Nº
307 15523/2008/001/2008 – Classe 5 – Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro. Em discussão.
308 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – tem destaque meu.
309 WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – destaque da Waleska.
310 SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – dois destaques, mais
311 alguém? 3 destaques, mais alguém? Ok, Waleska, por favor. WALESKA BRETAS
312 ARMOND MENDES, UNIVALE – é, alguns pontos me chamou a atenção nesse processo
313 e questão de esclarecimento também, é, num dos momentos eles falam da produção que
314 vão ser tratadas 240 toneladas mesmo de ácido sulfúrico de uma empresa chamada MSA,
315 eu gostaria de saber de que empresa é essa, de onde que ela é, pra produzir tanto ácido
316 sulfúrico assim pra ser tratado. SÉRGIO, SUPRAM LESTE – essa MSA é uma
317 terceirizada, segundo informado da Tudor, ela faz desmontagem das baterias que serão
318 recolhidas para reciclagem, o ácido vem dessas baterias. WALESKA BRETAS ARMOND
319 MENDES, UNIVALE – entendi, mas ela é daqui de Valadares essa MSA? SÉRGIO,
320 SUPRAM – sim. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – a
321 empresa está presente? A empresa está presente, ela pode. WAGNER ALVES DOS REIS,
322 INDÚSTRIAS TUDOR – essa empresa é de Governador Valadares, ela está localizada em
323 Baguari, licenciada e trabalha pra gente no corte da sucata de bateria, ela é que faz o corte,
324 devolve pra gente o miolo da bateria que é o que nos interessa pra reciclar e o ácido
325 sulfúrico a Antares está com esse processo de clarificação e as caixas de baterias é
326 enviadas para a reciclagem em São Paulo, aí como consta no processo aí. WALESKA
327 BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – mais um detalhe por favor, quando ele fala
328 também que os produtos serão transportados em caminhões né, esses caminhões são
329 monitorados, que transportam esses produtos químicos? WAGNER ALVES DOS REIS,
330 INDÚSTRIAS TUDOR – a Antares tem a licença de transporte. WALESKA BRETAS
331 ARMOND MENDES, UNIVALE – é porque não consta no processo, então a gente fica.
332 WAGNER ALVES DOS REIS, INDÚSTRIAS TUDOR – é uma licença a parte, é igual da
333 TUDOR, a TUDOR tem uma licença de operação e uma licença de transporte a parte.



334 SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – Marco Antônio, por
335 favor. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – é, eu estou com
336 três dúvidas e um questionamento nas condicionantes, primeiro na condicionante nº 1
337 sobre a providenciar a publicação de concessão de licença, eu acho que como já é uma
338 deliberação normativa, ela é uma lei, ela é um processo, ela não tem o porquê dela ficar
339 entrando em condicionante, é uma responsabilidade perante a legislação que ele tem que
340 fazer isso, então acredito que a gente não tem que ficar lembrando aqui todos os processos
341 e colocar isso como condicionante, então é uma visão nossa, uma visão nossa da FIEMG
342 também, eu não vejo porque se já existe um normativo pra isso, a gente ficar colocando
343 isso como condicionante, também tem um posicionamento, eu não sei se vocês querem
344 discutir um de cada vez. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO
345 – por favor deixa eu ouvir os técnicos primeiro. EMERSON, SUPRAM LESTE – na
346 verdade o que estava acontecendo é o seguinte, o empreendedor dez dias após a concessão
347 da licença pelo COPAM né, como você mesmo disse, pelo dever legal tem que fazer a
348 publicação da licença, o quê que acontecia nas licenças de LP pra LI ou de LI pra LO,
349 muitas vezes o empreendedor não obedecia esse prazo, tinha essa publicação em mesma
350 data de pedido de licença ambiental e no mesmo periódico tinha lá o pedido de, a
351 concessão da licença, então na verdade isso aqui foi mais como uma alerta né, eu entendo
352 seu posicionamento que já é um fato legal mas um alerta que, pra que o empreendedor não
353 esqueça de fazer a aplicação no prazo correto, agora, se o conselho decidir em retirar eu
354 acredito que não há problema nenhum pra gente. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO,
355 SECRETÁRIO-ADJUNTO – mas eu acho bom, as vezes é melhor você pecar pela chatice
356 de ter do que muitas vezes o empresário, porque o empresário pode ser prejudicado, as
357 vezes ele esquece do prazo, nós temos prazo né, aí ele pode ser prejudicado, não sei se os
358 conselheiros querem, mas eu gostaria de, eu não vejo nada, problema nenhum de se manter
359 isso. LEONARDO CASTRO MAIA, MINISTÉRIO PÚBLICO – eu também não vejo
360 nenhum problema de retirar ou de manter né, é um lembrete, mas há conseqüências
361 jurídicas decorrentes do não cumprimento, embora a condicionante vai lembrar alguma
362 coisa que já exista na lei, no momento em que ela se transformar em condicionante, ela vai
363 como o próprio nome disse, ela vai condicionar a eficácia da licença, de modo que se ele
364 não cumprir essa condicionante a licença dele ficará sem eficácia, como se ele não tivesse
365 a licença ao passo em que se não foi incluída como condicionante e se ele descumprir essa
366 norma ele vai ficar sujeito a punição, às sanções ou as conseqüências normais decorrentes
367 de descumprimento de uma norma, por exemplo, o sujeito ao ajuizamento de uma ação ou
368 pra que ele faça isso ou uma sanção, nem sei se existe, pelo caso de descumprimento disso,
369 então há uma conseqüência jurídica, prática a partir do momento em que essa questão é
370 colocada, aí eu não sei a SUPRAM informou que se transformou as vezes numa questão
371 recorrente, razão pela qual passaram a considerar a colocação da condicionante, se
372 realmente é uma questão recorrente, eu acho interessante fixar uma condicionante, a
373 condicionante é um lembrete, agora, se não é recorrente, também não há problema nenhum
374 em retirá-la. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – é, nós
375 podemos transformar isso num ato administrativo interno nosso pra avisar o empreendedor
376 em vez de colocar como condicionante, quer dizer, nós temos um contato direto com o
377 empresário, nos documentos administrativos que ele recebe, seja FCEI, FOB, qualquer um
378 deles que nós adotamos, nós podemos avisá-lo pra que isso não passe despercebido, sem
379 condicionar pode ser feito também. LEONARDO CASTRO MAIA, MINISTÉRIO
380 PÚBLICO - se o problema é recorrente, penso que a melhor solução é incluir a
381 condicionante, é a mais simples, não tem nenhum custo pro empreendedor, nenhum



382 problema de rotina administrativa pro estado, burocracia, nada, se o problema é recorrente
383 coloca a condicionante acho que o empreendedor nem tem resistência a inclusão dessa
384 condicionante. DORGIVAL DA SILVA, SUPRAM LESTE DE MINAS – boa tarde a
385 todos, eu queria fazer, é mais uma reflexão, porque o motivo de existir a publicação do
386 empreendedor publicar que ele recebeu a licença ambiental ele dá publicidade pra que
387 todos tenham o conhecimento de que a partir daquele momento ele está licenciado para
388 aquela etapa, se o empreendedor não o faz dentro dos dez dias, quando ele vai pra próxima
389 etapa, um dos pré-requisitos dele formalizar o processo é ele entregar cópia da publicação
390 anterior que ele deveria ter sido feita nos dez dias, e se ele não o faz, o processo
391 teoricamente deveria parar porque ele perdeu o tempo de publicar aquilo, aí quando ele
392 publica que no mesmo jornal ele recebeu a licença e que ele está pedindo a próxima,
393 comeu-se uma etapa do processo de licenciamento ambiental, então apenas pra esclarecer o
394 porquê dessa publicação, é dar publicidade ao público sobre o fato. MARCO ANTÔNIO
395 ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – bem, deixa eu manifestar de novo, bem, você
396 vai ter que ficar em todas as etapas de ficar lembrando das responsabilidades do
397 empreendedor de tudo né, ele tem uma equipe que está ali sendo paga pra isso, dependendo
398 do porte da empresa, é muito bem paga por sinal, se é uma coisa que está acontecendo
399 muito com grande frequência alguns vão pagar pelos maus de novo né, como é tudo no
400 nosso país, os bons pagando pelos maus, beleza, mas é aquilo que eu falo, tem já uma
401 normativa pra isso, ele tem que saber todas as legislações, nós brasileiros tem que saber de
402 tudo que ocorre na lei, nós nunca podemos falar que nós não conhecemos a lei, então acho
403 que a empresa ela já sabe disso, e o quê que é uma condicionante, eu pesquisei muito essa
404 semana o quê que é uma condicionante, pra quê que ela serve, fui buscar na literatura,
405 busquei na internet, busquei em várias coisas e não achei uma definição assim é isso, isso e
406 isso, serve pra isso, então cada estado brasileiro tem uma definição legal pra isso, a
407 condicionante no meu ver é o quê, e você pedir alguma coisa, algum estudo suplementar,
408 algum monitoramento que não está bem esclarecido no processo que os técnicos tiveram
409 dúvidas de alguma coisa pra condicionar aquela empresa a ter seu licenciamento, e uma
410 publicação no jornal que já é um normativo eu não vejo o porque disso, na minha opinião,
411 não vejo mesmo, mas é um caráter de zelo que eu estou vendo que o estado está querendo
412 em cima disso, ao meu ver, eu estou vendo, eu comecei a ver isso nesses processos, nesses
413 últimos processos. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO –
414 Marco Antônio, só uma coisa, o condicionante a nível de licenciamento devidamente
415 atrasado, que você coloca prazo em todos eles, ele te diz o seguinte, de acordo com aquele
416 prazo a licença é condicionada a não cumprimento de uma condicionante pode cancelar o
417 licenciamento, porque a gente passa aqui horas e horas, condicionante, discutindo datas,
418 etc, aquele prazo que é aprovado pelos senhores né, e aquela condicionante condiciona o
419 processo e aquele prazo e aquele condicionante, o cumprimento daquele, você disse, olha
420 eu vou te dar licenciamento, vou condicionar isso aqui pra você, vou te dar um prazo pra
421 você fazer isso aqui, certo, agora, a empresa concorda, é votada e agora ela tem que
422 cumprir aquele prazo que foi votado por vocês né, se não ela pode ter cancelamento do
423 processo. LEONARDO CASTRO MAIA, MINISTÉRIO PÚBLICO – é, veja que o que o
424 senhor falou é importante, a condicionante não é apenas um lembrete, a condicionante
425 condiciona os efeitos do ato, porque todo ato jurídico, ele vai se manifestar em três planos,
426 e um dos planos é o da eficácia, então a condicionante, existe um conceito legal pra ela que
427 está no código civil, que é uma norma geral, e lá está escrito que considera-se condição ou
428 condicionante né, como queiram a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico a
429 evento né, então é, e fala o código, são lícitas todas as condições não contrárias a lei, então



430 toda a condicionante tem de alguma forma uma origem ou uma conformidade com a lei,
431 até nós discutimos na reunião passada sobre aquela condicionante de somente se comprar
432 matéria-prima de quem tem licenciamento ambiental, nós discutimos e isso é uma
433 decorrência lógica, natural do ordenamento jurídico, porque quem compra uma coisa de
434 quem não tem a licença, compra de quem está praticando o crime, quem compra de quem
435 está praticando o crime, pratica ele o próprio crime de receptação ou no caso de legislação
436 ambiental aquela receptação especializada no artigo 46 e tudo mais, então a condicionante
437 não só lembrará o empreendedor de que ele tem que fazer aquilo que é a condição, mas
438 subordinará a eficácia do ato, de modo que se ele não fizer, estará ele sem licença ou com
439 uma licença sem eficácia né, podendo ser autuado e até mesmo ser autuado pela prática do
440 crime ambiental que é operar empreendimento sem licença ambiental, então a
441 consequência é séria. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO –
442 nós estamos até com um programa nas SUPRAM's de acompanhamento das
443 condicionantes, porque não adianta nada a gente ficar dez horas aqui falando de
444 condicionante e depois ninguém vai lá ver se foi cumprida, essa é uma falha grande do
445 setor ambiental, nós estamos com um programa muito grande pra fiscalização de
446 condicionantes pra começar agora no segundo semestre, é um programinha, inclusive de
447 computador, softzinho pra que a gente faça o acompanhamento das condicionantes.
448 WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – nesse sentido eu gostaria então
449 aqui nesse processo em de questão em julgamento de propor uma condicionante, já que é
450 pra propor, quando ele fala das medidas mitigadoras contra vazamentos e produtos
451 químicos, ele já levanta a possibilidade de uma proposta pra construção de tanques de
452 contenção com pisos impermeáveis, se ele já está fazendo a proposta é porque ele já viu
453 que lá na frente vai precisar disso, não seria interessante já colocar isso como uma
454 proposição pra esse processo? SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-
455 ADJUNTO – os técnicos. FABRÍCIO TEIXERAS, SUPRAM LM – concordo com você
456 Waleska, poderíamos estar transformando então aí numa confirmação, só que existe aí uma
457 ressalva que eu acho que o conselho tem que decidir, porque é um estudo e essa parte não
458 foi contemplada no estudo, se a gente exigir dele uma construção sem passar pelo critério
459 técnico a gente vai estar assumindo que o que ele vai estar fazendo é correto, então fica aí a
460 decisão, entendeu. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO –
461 mas Waleska, faz uma proposta lida pra gente poder votar, então da modificação. Ok, é só
462 ler o que você quer que acrescente pra que a gente possa colocar em votação. WALESKA
463 BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE - sim, mas no caso aí como que falou, tem
464 que fazer um estudo antes dessa proposição, né. FABRÍCIO TEIXERAS, SUPRAM LM –
465 em regra geral, o quê que acontece, a gente quando sente necessidade de instalar, o
466 empreendedor instalar o mecanismo que vai mitigar o impacto a gente não indica pra ele
467 qual o mecanismo, isso aí tem que partir dele, então por isso que se pede o estudo, ele vai
468 trazer a proposta, essa proposta vai passar pela avaliação da equipe técnica se a proposta
469 estiver adequada a gente dá o ok, e ele continua as obras instalando, você entendeu, aí o
470 trâmite nosso é nesse patamar, agora, não vejo também dificuldade em se exigir já o
471 normal, mas sempre com aquela cautela de não fazer uma coisa errada aí no futuro.
472 SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – Marco Antônio, mais
473 alguma coisa? MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG - na
474 condicionante 2, protocolar o processo administrativo COPAM de regularização ambiental
475 da empresa Tudor, estudo de acréscimo dos efluentes líquidos, sanitários, industriais
476 gerado pela Antares, para possível avaliação do órgão responsável que refere
477 monitoramento dando ênfase ao acréscimo da substância que contém alumínio é, o



478 empreendedor, representante da Tudor está aí, ele vai falar sobre essa parte do alumínio
479 aqui, mas o que eu queria ressaltar nesse processo é que nós estamos discutindo um
480 processo de uma empresa e levando a interferência de um processo ambiental de uma outra
481 empresa, o que eu quero deixar claro aqui é que nós temos que dividir isso, a
482 responsabilidade da Antares é uma ambiental que vai ser aqueles estudos em cima daquele
483 produto, daquele resíduo do que está sendo gerado e, o da Tudor começa a partir do que a
484 Antares leva pra ele, e a Antares a gente sabe, a Tudor a gente sabe está em processo de
485 renovação de sua licença, aonde isso vai ter que constar no processo deles, eu não acho
486 legal isso, uma interferência de uma empresa na outra e, uma ficar travada na outra no seu
487 processo, nos seus estudos, então nós vamos ter uma licença condicionada a outra empresa,
488 sendo que eu acho que o direito de uma termina quando começa o da outra e são dois
489 processos totalmente diferentes, a Tudor ela fabrica baterias, a Antares recicla o resíduo,
490 então a minha solicitação é de retirada dessa condicionante no seu amplo total, não tem o
491 porque, vamos estudar e dar responsabilidade referente à esse estudo que está sendo
492 proposto à Antares e, na hora que for feito o processo de regulamentação, regularização da
493 Tudor que seja visto isso e analisado lá na Tudor também, são dois processos totalmente
494 distintos. FABRÍCIO TEIXERAS, SUPRAM LM – Marco Antônio, eu concordo com
495 você que empresas a gente tem que trabalhar distintamente por questão jurídica e física,
496 ambiental, tudo, mas dentro desse processo existe uma carta da Tudor anuindo o
497 tratamento desses efluentes por isso o vínculo, entendeu, o outro motivo é que a planta da
498 Antares reciclagem é uma anexo dentro da planta da Tudor, então pra nós também foi até
499 uma dificuldade de perceber isso, então o motivo do qual a gente colocou essa
500 condicionante foi pelo simples fato da Tudor ter adquirido a responsabilidade pela Antares
501 a partir do momento que concedeu uma anuência através de um documento formal que
502 consta dentro do processo. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG
503 – eu queria que o representante da Tudor posicionasse sobre isso também e sobre o
504 alumínio, né, sobre a questão do alumínio. ROBSOM ALVES, GERENTE DA
505 BATERIAS TUDOR – o que acontece com esse processo, é que o ácido hoje que a Tudor
506 tem que tratar e descartar, ele vai passar a ser recuperado e aproveitado, então o que
507 acontece, ele vai na realidade aliviar a estação de tratamento de efluentes da Tudor, hoje
508 nós geramos um volume lá de 2 toneladas mesmo do tratamento desse produto, nós vamos
509 deixar de gerar isso e vamos gerar um volume muito menor que seria só uma qualificação,
510 que vai estar nessa qualificação vai estar o Pb que vai ser recuperado pela gente, é só isso.
511 SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – o que justifica, Marco
512 Antônio, nesse caso que você colocou né, ok, foi bem colocado, é verdade, é um assunto,
513 porque é um caso específico demais, ok, mais alguma coisa? MARCO ANTÔNIO
514 ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – só mais uma coisa aqui, isso eu quero um
515 esclarecimento também, vai ser mais jurídico do que técnico, item 3, a condicionante 3 do
516 PPRA, eu quero é saber porque, por que se eu não me engano é uma questão de
517 fiscalização do ministério do trabalho né. MARKSON, SUPRAM LESTE – Dr. Shelley,
518 pode responder, o Marco Antônio, quando foi colocado essa condicionante de PPRA
519 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais físicos, químicos, biológicos, econômico,
520 então a gente colocou pra dar uma proteção maior pro trabalhador que vai estar
521 trabalhando com produto químico, então a intenção da SUPRAM foi vendo o trabalhador
522 mexendo com esse produto químico, isso é uma já é uma obrigação da empresa, então eu
523 não vejo porque ter dificuldade em entregar, ela vai ter que entregar de qualquer forma.
524 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG – era só uma questão de
525 esclarecimento porque a gente sabe que quem fiscaliza isso é o ministério do trabalho né,



526 então vocês vão ajudar o ministério do trabalho então nisso também né. MARKSON,
527 SUPRAM – com certeza. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-
528 ADJUNTO – ok, ok, está satisfeito, Waleska, então está bom. Pode. É, deixa eu fazer uma
529 coisa, eu vou colocar primeiro em votação do coisa, depois a votação do seu pedido, tá ok,
530 mais alguma coisa. Não. Então eu coloco em votação o item 5.1 Antares Reciclagem,
531 quem estiver de acordo se mantenha como está, ok, APROVADO. Por favor,
532 condicionante proposta pela conselheira Waleska. WALESKA BRETAS ARMOND
533 MENDES, UNIVALE – a condicionante seria nesses termos, construção de uma unidade
534 de contenção com piso impermeável, com capacidade em 10% armazenado para conter
535 vazamento de produtos químicos que possam contaminar o solo, cursos de água e água
536 subterrânea e a proposição de 90 dias. FABRÍCIO TEIXERAS, SUPRAM LM – só
537 corrigindo, é 110% Waleska. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-
538 ADJUNTO – é quantos por cento? FABRÍCIO TEIXERAS – é o volume mais 10% que
539 resulta em 110%. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – ok,
540 está certo, está claro pra todo mundo, alguma pergunta sobre a condicionante, então tá, eu
541 coloco então em votação a condicionante lida pela conselheira, quem estiver de acordo se
542 mantenha como está, pois não, ok, antes de entrar em votação, tem um pedido do
543 conselheiro, é só ouvir. ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS –
544 só gostaria de saber se esse prazo de 90 dias seria, a empresa poderia atender, eu gostaria
545 de perguntar ao pessoal, da empresa ou técnico. FABRÍCIO TEIXERAS, SUPRAM LM –
546 dentro da experiência aí adquirida nos de SUPRAM acredito eu que é possível sim, claro
547 que dentro da disposição do empreendedor em querer fazê-lo, porque o prazo não tem
548 como a gente afirmar, 90 dias dá, se ele colocar 30 homens trabalhando lá, em 5 dias se
549 faz. ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS – não, é porque você
550 falou no sentido de ter que abrir um outro processo pra atender essa questão, eu acho 90
551 dias, se tiver que tramitar documentação. FABRÍCIO TEIXERAS - não, não vai ser
552 necessário abrir um novo processo administrativo não, ele vai entregar pra gente um estudo
553 e que se faz num prazo razoável, esse estudo, chegando nas mãos do técnico, já dá ok, e
554 com 15 dias, 20 dias ele já está apto a iniciar instalação que a gente está aí trabalhando
555 com um prazo de 60 dias pra construir, e a planta não é uma planta muito grande, então
556 dentro da realidade do local e da nossa experiência acredito que 90 dias é um prazo ideal.
557 ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS – eu gostaria de ouvir a
558 questão da empresa também dentro desse prazo. (membro da empresa) é, diante da
559 situação né, 90 dias realmente é um prazo aceitável, mas depois que você tiver aprovado o
560 que a gente propor, a gente vai entrar com a posição da bacia e aí 90 dias após isso.
561 SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – só queria dizer o
562 seguinte, eu queria deixar bem claro que nós estamos julgando aqui não a proposta dos
563 técnicos, mas da conselheira ok, o que está sendo julgado aqui não é proposta, eles estão
564 pedindo esclarecimento sobre a proposta da, ela pediu , ela pediu pra colocar um adendo,
565 uma condicionante, então é o que nós estamos julgando, o que ela leu é o que oficialmente
566 nós estamos julgando, se mudanças forem feitas em 120 dias pode, se alguém fazer uma
567 proposta a conselheira, então eu gostaria de propor pra 120 dias , nós votaremos, sempre eu
568 voto aqui é o que manda, mas nós estamos julgando não, os técnicos estão justificando que
569 90 dias é o , mesmo porque nós temos prazos internos hoje pra entregar isso 60 dias então,
570 isso aí acho que é tranquilo, mas a empresa também tem que ter uma certa
571 responsabilidade por fazer adendo, se nós ficamos aí um ano pra fazer uma bobagem né,
572 então é preciso de colocar as coisas também no seu devido lugar, eu acho que a proposta
573 que foi feito com a ajuda dos técnicos, mas é a proposta dela, da instituição dela, se vocês



574 todos tem direito de fazer proposta também e tal, mas é só pra gente não confundir, porque
575 daqui a pouquinho a proposta vem do técnico, vem do, o técnico pode ajudar os
576 conselheiros, a função deles é essa e prestar esclarecimento sobre o projeto e o empresário
577 também me, mas nós estamos julgando o que ela leu, a não ser que vocês façam uma outra
578 proposta que pode ser julgada também, ok, vamos só dar ordem a casa, senão vira isso aqui
579 uma confusão. ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS – eu
580 gostaria de, só pra esclarecimento, as minhas perguntas foram pra realmente ter segurança
581 na proposta\ da conselheira. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-
582 ADJUNTO – não, mas eu não estou questionando a sua, eu só estou dizendo porque senão,
583 eu estou só dizendo, o empresário podia chegar e – não, eu quero 120 – não, não, nós
584 estamos julgando o que ela pediu, vocês tem o direito a fazer, mas o empresário não tem
585 direito de fazer, ele pode pedir vocês pra, que vocês é que fazem as propostas, vocês é que
586 julgam né, só pra gente por ordem na casa. CÁSSIA CARVALHO ANDRADE,
587 BRACELPA - Dr. Shelley, só uma sugestão, Waleska, existe uma NBR que fala pra
588 construção de diques para armazenamento de produtos químicos, então fala que ela tem
589 que ser impermeabilizada sobre a capacidade, então eu não me recordo o numero dela, mas
590 talvez de colocar de acordo com a NBR especifica para a construção de diques para a
591 contenção de produtos químicos, porque ela mesmo já direciona como que tem que ser a
592 construção. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – deixa eu
593 pedir a conselheira então que faça a leitura final rapidamente sobre as modificações que
594 foram pedidas pra gente votar , se não nós ficamos aqui até amanhã num processo que né,
595 já estava praticamente, vamos lá, por favor, só repita pra que os conselheiros entenda e eles
596 possam votar também. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE –
597 construção de unidade de contenção conforme normas da NBR. (mesma de 01;/02/////;30)
598 não, NBR. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE – mas não precisa de
599 colocar o numero? (mesmo de 01:02:30) isso, porque NBR é especifico, ela vem lá,
600 construção de DICKS para, construção de DICKS para contenção de produtos químicos,
601 bem detalhado. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – ok,
602 gente está claro agora, posso por em votação, agora não tem mais nada hem, entre em
603 processo de votação, ok, acabou a, processo de votação, que estiver de acordo com o
604 processo 5.1 se mantém condicionante lido pela conselheira Waleska, já lido e já gravado
605 no item 5.1 se mantenha como está quem estiver de acordo logicamente, ok, APROVADO.
606 Item 6 Processo Administrativo para exame de Licença de Operação: 6.1 Camargo Correa
607 Cimentos S.A. (Ex-Cimento Cauê S/A) / Usina de Produção de Concreto Comum –
608 Santana do Paraíso/MG – PA/COPAM/Nº 00436/1998/005/2009 – Classe 3 –
609 Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro. Discussão, destaque, FIEMG, mais algum
610 destaque? Marco Antônio, por favor. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
611 RODRIGUES, FIEMG – é, a condicionante 3, eu gostaria de voltar a essa discussão que
612 nós já tivemos na última reunião sobre um processo da USIMINAS e acabou que o meu
613 colega aqui do ministério público, Dr. Leonardo acabou comentado agora o fato
614 novamente, eu gostaria de colocar, a gente discutir mais esse assunto entre todos os
615 conselheiros, ouvir alguns que tenham algum tipo de posicionamento também e, eu tenho
616 um outro tipo de questionamento em cima da posição do ministério público que tange a
617 receptação, e outra que nós estamos trazendo pro licenciamento na hora que a gente exige
618 o fornecimento da licença ambiental de um terceiro fornecedor a gente pode estar
619 restringindo também alguns princípios da economia né, nesse caso e talvez levando a
620 formação até de um possível cartel de fornecedores, então a gente pode estar levando pra
621 um outro lado isso. A questão da receptação é, eu gostaria de colocar e fazer uma pergunta



622 também a todos os órgãos estaduais que estão aqui presentes, tanto, nós temos órgãos
623 federais, estaduais e municipais aqui se em algum deles que eu não vejo, eu acompanho
624 alguns editais de algumas construções de algumas coisas, se nestes editais de compra de
625 material ou de prestação de serviço, eu nunca vi colocar, exigir a licença ambiental dessa,
626 desse empreendimento, e se for nesse caso acredito que o ministério público também eu
627 acho que não coloca nos seus editais quando ela vai comprar algum material que ela exige
628 então também isso, essa licença ambiental do seu fornecedor porque acredito que todos
629 estariam também sendo caracterizados como receptadores de mercadoria, e o que eu vim
630 pensando muito do mês passado pra esse mês nessa questão também, verificando normas,
631 verifiquei a lei de crimes ambientais, não vi nada falando dessa receptação, a não ser a
632 responsabilidade de quem extrai a madeira do comprador que vai fazer os seus móveis de
633 ter esse selo, selo de certificação da madeira, eu acho mais que justo devido ao grande
634 desmate ilegal que nós temos no nosso país hoje que é preocupante e acaba
635 movimentando e mudando a característica dessas áreas degradando bastante, e isso
636 realmente a FIEMG também se posiciona contrária a esse tipo de desmate de crime
637 ambiental, e isso eu acredito, mas olhando a norma eu vi que, não achei nada na norma que
638 condiz a isso, e isso restringe muito ao seu comprador e as empresas de grande porte por
639 exemplo, igual a USIMINAS eu tive informação de que ela tem mais de três mil
640 fornecedores, eu venho novamente batendo a tecla que o estado está transferindo o poder
641 de fiscalização para a empresa, uma coisa que é responsabilidade dele de estar
642 fiscalizando, transferindo, é muito fácil pra ele, aquela ali não compra, essa não compra e
643 vai ficando de lado né, então se aquele fornecedor é interessante pra ele, ele vai estar
644 forçando a estar licenciando e cumprindo as suas obrigações ambientais, o pequeno, ele
645 não tem condições de ficar verificando isso, concordo na hora que você exige uma licença
646 de mineração de bens minerais, bens da união, areia, brita, a gente sabe que as empresas
647 que utiliza esse produto, elas exigem o seu certificado, é um bem da união então ele precisa
648 do licenciamento autorização do DNPM pra isso que acaba que entra pra como
649 condicionante dele também, apresentar essa certificação da DNPM lá na licença prévia,
650 licença de pesquisa de Larvas, ele tem que apresentar isso tudo e aí ele, comentei na última
651 reunião, Shelley, você não estava presente que a FIEMG fez uma manifestação contrária,
652 que é da FIEMG essa manifestação e que a advocacia geral do estado deu um parecer
653 favorável à manifestação da FIEMG né, nesse caso, foi aonde eu trouxe aqui na esse
654 conselho essa manifestação, Dr. Leonardo colocou a questão da receptação que aí eu não
655 concordei nesse caso da receptação desse motivo que eu acabei de colocar, e se nós fomos
656 ver essa fase de receptação, se nós chegarmos e fomos comprar num supermercado, já
657 pensou a gente também exigir a licença ambiental na hora lá de comprar um frango, uma
658 carne, ah se a empresa está licenciada, se o próprio mercado não tem essa obrigação de
659 cobrar a licença ambiental do seu fornecedor nós também podemos estar decorrendo de
660 crime né, conforme foi exposto pelo ministério público, e assim nós também sermos
661 receptadores, então nós todos poderemos estar respondendo como receptor, mas nesse
662 caso que eu queria colocar aqui é o quê, nós estamos inserindo de novo terceiros num
663 processo de licenciamento de uma empresa e condicionando, às vezes ele tem ali na região
664 dele só aquele fornecedor, que a SUPRAM, que o COPAM vá lá e fiscaliza essa empresa,
665 veja, não, você está sem a licença, você não pode falar pra empresa, uma condicionante pra
666 você operar você tem que mostrar a licença do terceiro, pra mim, pra nós não cabe
667 ambientalmente isso nós não achamos isso em norma legal, não tem nada que diz que fale
668 sobre isso, então é uma posição minha, nós temos que ter, as empresas tem que ter a livre
669 iniciativa, livre concorrência, essa parte dos processos de licitatórios também a gente vê o



670 estado, o poder público já que ele quer tanto licenciar todos que ele comece a cobrar no seu
671 processo, no seu edital que você vai estar favorecendo realmente as empresas que querem
672 andar corretamente nesse processo, eu até fiz uma manifestação pra uma empresa aqui de
673 Valadares, orientei ele estava cobrando isso, eu gastei uma grana boa no meu processo de
674 licenciamento, isso impacta no meu custo do meu produto, na hora que eu chego no meu
675 processo de licitação a outra empresa que não tem nada ganha e, eu que estou aqui
676 ambientalmente correto e tudo porquê, porque o edital é a regra de uma licitação, e eu não
677 vejo isso partindo do poder público, eu não olho todos os editais, todas as concorrências,
678 mas a gente não vê essa orientação, e outra, eu acredito também quando uma empresa que
679 vende por exemplo, uma brita pra Camargo Correia, se essa empresa emitiu uma nota
680 fiscal, aquela mercadoria é legal perante o fisco, ela pode não ser legal perante o meio
681 ambiente, mas então nós não podemos falar que essa empresa está vendendo uma
682 mercadoria ilegal porque ela está correta perante a receita federal ou estadual ou tudo, a
683 não ser que essa nota fiscal seja falsa, então falar que é uma mercadoria ilícita eu acho
684 muito pesado, então a receita federal, a receita estadual também teria que agir
685 conjuntamente com o órgão ambiental pra ser bem rígido nesse ponto, mas de novo eu
686 venho pedir a esse conselho um pedido de reconsideração e rever essa, esse item, essa
687 condicionante que nós somos contrários, toda reunião que estiver um tipo dessa eu vou me
688 manifestar contrário sempre a esse tipo de condicionante, até que um dia talvez ela se torne
689 uma lei aí nós vamos discutir também sobre isso, na hora que ela partir a ser uma lei, aí
690 como se diz, a gente aceita, mas até ela chegar a ser uma lei vai haver muitas discussões
691 conforme nós estamos trabalhando em conjunto com o estado na revisão da DN74 que é
692 um processo altamente democrático, a gente sabe disso, vai modificar bastante o estudo
693 ambiental do nosso estado, dos licenciamentos vão ficar mais rígidos pelo, pelas vistas
694 nossa, então é um processo que eu acho que todos tem que participar, isso é bem
695 democrático e eu continuo contrário a esse tipo de condicionante e talvez gostaria de ouvir
696 posicionamento que outros. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-
697 ADJUNTO – gostaria só, que esse é um problema que nós poderíamos fazer um seminário
698 sobre isso certo, é complexo, a promotoria pública tem um parecer, a FIEMG tem um outro
699 entendimento, o que é bom, eu não acho isso ruim não, né, Dr. Leonardo sabe disso, isso é
700 uma discussão muito boa, a discussão é que engrandece né, ficar só do lado a FIEMG não
701 concorda, mas é uma discussão maior, eu pedi agora que a advocacia geral do estado que
702 faça um parecer mais conclusivo sobre o que ela tinha me mandado, pra mim ter isso mais na
703 mão pra ler pra vocês, pra discutir, nem vou dizer que isso seria o final porque senão seria
704 muito fácil, a advocacia geral, um advogado faz um parecer, nós do estado vamos nos
705 basear nele, serve pra nós termos uma linha, mas não quer dizer que os promotores
706 precisam de concordar com a advocacia geral do estado né, eles podem ter outra opinião,
707 cada um ter sua, isso é natural, aliás, a riqueza do direito está aí né, a riqueza do direito
708 está exatamente na interpretação né, senão não precisava de advogado de defesa pra
709 assassinos, tem, tem pessoas que defendem o ato, e ele é obrigado a ter um advogado de
710 defesa né, é um direito dele né, mesmo tendo cometido um ato bárbaro né, mas eu acho, eu
711 estou falando isso tudo porque senos formos entrar nessas meando nós vamos longe e nós
712 temos uma pauta aqui pra completar, eu acho que isso merece um tratamento especial, uma
713 reunião que a gente possa fazer com todos esses dados bem esclarecidos de tomar um
714 caminho, é, foi citado o nome do Dr. Leonardo, se ele quiser falar alguma coisa ou algum
715 conselheiro, eu pediria que vocês fossem muito breve, mas a gente não entrasse no
716 problema das anuências que aí nós vamos parar aqui e vamos ficar o dia inteiro discutir
717 esse problema aqui, nós temos uma porção de empresários esperando aqui, uma porção de



718 gente aqui, e nós temos aí 15, 20 projetos pra decidir e votar ok. AFONSO MAJEWSKI,
719 CODEMA - eu concordo com Marco Antônio né, concordo com o senhor também que eu
720 acho que nós temos que fazer, promover uma discussão maior correto, eu queria só estar
721 colocando, isso acontece lá na minha cidade onde a secretaria do meio ambiente junto ao
722 CODEMA está notificando todas as empresas na cidade pra se votarem para
723 licenciamento, aquelas que são do município, o município está licenciando, e os que não
724 são as empresas estão buscando a SUPRAM pra serem licenciadas, isso a gente tem feito
725 no caso de Itabira. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – eu
726 até queria falar mesmo no setor produtivo, por exemplo, a PETROBRÁS, a VALE adotou
727 também essa postura, tem várias empresas que estão adotando essa postura de pedir na,
728 quando faz uma licitação exigir na licitação que a empresa seja licenciada, dependendo
729 muito aí das empresa, agora é uma discussão que a gente tem que ir mais afundo nela, mas
730 eu gostaria, só quem quer mais falar sobre isso, 2 e o Dr. Leonardo que foi citado que eu
731 gostaria inclusive que ele desce a opinião dele. REPRESENTANTE DA FETAEMG
732 (NÃO SE IDENTIFICOU) - não, eu não vou fazer colocação nenhuma sobre esse assunto
733 não, eu acho que eu concordo com vocês, eu acho que tem que ter uma mesa praticamente
734 separada pra fazer essa discussão e ter esse entendimento, mas que eu gostaria de pedir
735 licença aos companheiros, eu recebi um comunicado não poderei ficar mais, peço
736 desculpas pra vocês, vocês permitir eu vou estar me arretirando, a gente está preparando
737 uns cinco ônibus de trabalhadores rurais que vai viajar pra Brasília na segundo feira, nós
738 vamos ter dez mil trabalhadores rurais em Brasília fazendo uma manifestação, aonde a
739 gente tem tido muitos ganhos com isso, quanto previdência social, PRONAF, Banco do
740 Brasil, essas coisas, então todo ano nós fazemos esse manifesto, mas é um manifesto
741 democrático, simples né, sem quebradeira, sem nada, é um manifesto dentro da
742 democracia, agradeço vocês pela compreensão, obrigado e até a próxima oportunidade.
743 SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - nós é que
744 agradecemos você, pode ter certeza e, felicidades lá em Brasília né, esses movimentos
745 democráticos são muito importantes pro nosso país né, por favor, você é primeiro? Dr.
746 Leonardo então por favor. LEONARDO CASTRO MAIA, MINISTÉRIO PÚBLICO -
747 bem, é, na reunião passada já foi exaustivamente discutido o tema né, eu não vou me
748 alongar aqui, eu gostaria apenas de reforçar o que foi dito dizendo o seguinte, primeira
749 questão, existe uma receptação específica na legislação ambiental isso foi referido, essa,
750 por exemplo, de usar material, madeira né, produto de origem vegetal, é uma receptação, a
751 receptação não é porque, não tem nada a ver com questão de se atribuir ou não ao
752 particular atividade fiscalizadora de estado, não é esse o fundamento da receptação, a
753 receptação é um fundamento que diz que isso não é só pro meio ambiente né, mas o meio
754 ambiente vai ter um destaque especial e eu vou dizer por que, mas é que na nossa vida
755 geral, nós temos que ter atenção com os negócios que nós fazemos porque a par da
756 receptação especializada, existe uma receptação no código penal, receptação geral, e o que
757 consiste, consiste a receptação adquirir algo que seja produto de crime e, por acaso, por
758 acaso, na área ambiental existe um crime que é operar sem a licença ambiental, então o
759 operar sem licença ambiental ele ganha relevância pra questão ambiental na medida em
760 que o legislador quis que essa conduta não fosse ilícito administrativo, mas fosse também
761 um ilícito criminal, essa questão pode até ser colocada num edital eventualmente né, pode
762 ser colocada, mas na verdade sob o aspecto ambiental o controle há de ser feito na esfera
763 ambiental pelos órgãos ambientais e no caso do licenciamento ambiental e até da
764 receptação em razão da falta do licenciamento ambiental por vocação no seio do COPAM
765 que é o órgão licenciador né, órgão licenciador, então a receptação ainda que ele compre e



766 a receitação do código penal ela admite a modalidade dolosa assim como a culposa, ou
767 seja, mesmo que eu não queira praticar infração penal, mesmo que eu queira comprar de
768 quem não tem a licença, mas por acaso eu compre se eu for descuidado com os meus
769 negócios né, eu poderia responder por uma receitação, ocorre que no meio ambiente, esse
770 dever de cuidado ele é ampliado, no meio ambiente tudo é diferente das outras, das outras
771 esferas do direito, o meio ambiente por exemplo vigora o princípio da responsabilidade
772 objetiva, segundo a qual não é necessário se quer demonstrar que houve culpa, basta se
773 demonstrar o fato e o nexo de causalidade entre a minha atividade e aquele fato, aquele
774 evento, aquele resultado causado, isso porque em razão de vários princípios constitucionais
775 que nascem principalmente do artigo 225 da constituição federal, mas que se espalha por
776 toda constituição federal, esse 225 ele inovou na ordem não porque normalmente quando a
777 gente vê uma norma que trata do poder público particular a gente vê assim, por exemplo,
778 prisão no código do processo penal e lá fala assim, o agente público, policial militar
779 tenente deve efetuar prisão assim que encontrar alguém praticando um crime, o particular
780 poderá efetuar a prisão, o particular pode realizar a prisão, a prisão que é um ato estatal da
781 maior gravidade, que restringe a liberdade de alguém pode ser realizado pelo particular,
782 mas ele não tem o dever de realizá-lo, mesmo no meio ambiente no artigo 225 ele fala
783 assim, a defesa, a preservação, a proteção do meio ambiente é um dever que incumbe ao
784 poder público e a coletividade a todos né, diferentemente das outras esferas, com isso quis
785 a constituição dizer que o meio ambiente é um direito fundamental de todos, de todos, de
786 todas as pessoas né, e há quem diga até numa visão biocêntrica que não é só apenas das
787 pessoas mas de todos os seres vivos né, mas essa é uma outra questão e como eu falei a
788 questão se espraiando por toda constituição federal vai encontrar um reflexo lá na ordem
789 econômica no artigo 170, esse artigo 170 que trata do desenvolvimento sustentável e que
790 trata da ordem econômica, ele disse o seguinte, que a nossa ordem econômica nacional
791 ordem econômica né, sobre a qual a constituição deita a sua força legal, constitucional, ela
792 está baseada em princípios, princípio o quê que é, é o início, então há fundamentos assim,
793 pilares básicos que são mínimo que a ordem econômica deve observar, e entre esses
794 princípios existe lá defesa do meio ambiente, aí vem assim, olha só, princípios, aí tem lá,
795 função social da propriedade, defesa do consumidor, livre concorrência, propriedade
796 privada, e entre esses princípios vem a defesa do meio ambiente, quando chega a defesa do
797 meio ambiente, a constituição não fala só do meio ambiente, ela fala assim - a defesa do
798 meio ambiente inclusive mediante tratamento diferenciado conforme impacto ambiental
799 dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação, não há palavras na
800 constituição que tenham sido colocadas ao acaso, todas elas tem uma finalidade é, e
801 quando, quando, nós que somos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental
802 deixamos de exigir a licença ambiental que aquele pra qual nós estamos entregando uma
803 licença cuide pra que os produtos, a matéria-prima também seja de órgãos, de entidades
804 privadas ou públicas licenciadas ambientalmente nós estamos jogando lá na terra tudo que
805 nós fazemos aqui, o lembrete da condicionante, e aí nós voltamos a questão da
806 condicionante, a condicionante ela repeti alguma coisa que já está no ordenamento
807 jurídico, ela não pode criar nada né, condicionante não cria nada e porque o lembrete, o
808 lembrete porque há uma necessidade específica, e na nossa reunião passada havia uma
809 declaração do empreendedor de que ele ia comprar de quem não tem licença ambiental,
810 então o empreendedor já está que ele próprio pediu pra que fosse retirada a licença porque
811 ele tinha como pressuposto que ele ia comprar, ele queria comprar de quem não tinha a
812 licença ambiental é, então aí é nessa situação que chama a atenção o lembrete, e o lembrete
813 como nós discutimos aqui agora a pouco como uma força de suspender a eficácia do ato



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

814 caso a condicionante não seja cumprida né, esse artigo 170 essa, que trata do
815 desenvolvimento sustentável, ele já foi objeto até de poderíamos ficar discutindo qual é a
816 amplitude dele, mas ele já foi objeto de cuidado pelo Supremo Tribunal Federal, que é o
817 órgão no Brasil jurídico máximo pra interpretar a constituição federal dizendo o ministro
818 Celso de Melo na ocasião, ação direta da constitucionalidade 3540 Distrito Federal o
819 seguinte, principio do desenvolvimento sustentável alem de impregnado de caráter
820 eminentemente constitucional encontra-se suporte legitimador internacionais assumidos
821 pelo estado brasileiro, entre os quais a afirmada aqui no nosso território né, e representa
822 fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia
823 subordinada, subordinada, a economia está subordinada à observância do meio ambiente,
824 não é o meio ambiente que está subordinado a economia, subordinado no entanto vocação
825 desse postulado quando decorrente de situação de conflito, entre valores constitucionais
826 relevantes a uma condição inafastável, que não pode ser afastada, cuja observância não
827 comprometa nem esvazie o conteúdo essencial de um dos mais significativos direitos
828 constitucionais fundamentais, o direito a preservação do meio ambiente, que traduz bem de
829 uso comum da generalidade das pessoas a ser resguardada em favor das presentes e das
830 futuras gerações, - a atividade econômica, conclui o ministro, não deve ser exercida em
831 desarmonia com os princípios destinados a tornar efetiva a proteção ao meio ambiente - é,
832 alem dessa questão e essa subordinação da atividade econômica ao principio, ao meio
833 ambiente ecologicamente equilibrado, ele encontra fundamentos entre os princípios né, eu
834 não vou ingressar neles aqui mas, entre eles o principio poluidor pagador, por exemplo, o
835 que diz o principio poluidor pagador. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO,
836 SECRETÁRIO-ADJUNTO - Dr. Leonardo, um minuto, já teve cinco, passou sete até,
837 deixei, só pra lembrá-lo, só um minuto pra encerrar, você quer um minuto. LEONARDO
838 CASTRO MAIA, MINISTÉRIO PÚBLICO - - obrigado, eu vou encerrar, desculpa, eu
839 nem reparei na hora, eu me empolguei aqui. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO,
840 SECRETÁRIO-ADJUNTO - sempre é bom ouvir pessoas inteligentes né, isso é muito
841 bom, nós vamos só enriquecer, mas é porque existe um prazo né, pras pessoas falarem,
842 mais um minuto só pra encerrar o raciocínio. LEONARDO CASTRO MAIA,
843 MINISTÉRIO PÚBLICO - vejam que normalmente a responsabilidade é subjetiva, mas a
844 responsabilidade limite é subjetiva, mas não só objetiva, que dentre as responsabilidades
845 objetivas, há uma que é da reparação integral do dano, é essa vigora no meio ambiente, ou
846 seja, mesmo que um raio da natureza caia no empreendimento que causa um dano
847 ambiental, o empreendedor é responsabilizado por esse ato dentro da nossa legislação, é,
848 por que, porque ele tem que prever ou imaginar que naquela instalação poderá cair raio e
849 poderá adotar os cuidados pra que aquilo se acontecer não causa dano ao meio ambiente,
850 uma usina atômica por exemplo tenho que ter isso na minha cabeça se cair um avião, um
851 raio, o que for aqueles danos serão contidos, isso é em razão do principio poluidor pagador,
852 o principio poluidor pagador não quer dizer que eu pago pra poluir, não é isso, que seria
853 pagador poluidor, o principio poluidor pagador quer dizer o seguinte, as externalidades do
854 meu processo, as externalidades é aquilo que está além do interior da minha empresa mas
855 que, mas que influencia na fabricação do meu produto e no fornecimento desse produto,
856 elas devem ser internalizada, a doutrina ela resume esse principio com esse conceito,
857 consiste em internalização das externalidades negativas, que do contrário em outros ramos
858 e outras atividades que não tem nada haver com meio ambiente, ficam a critério da
859 comunidade, do poder público, seja lá de quem for custear por isso, o meio ambiente não, o
860 empreendedor deve ter atenção para com isso, com isso eu conluo e obrigado pela
861 extensão aí. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - ok



862 Leonardo, obrigado, Conselheiro, por favor. ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA,
863 FEDERAMINAS - eu gostaria de perguntar ao empreendedor, tem alguém da Cauê aí ou
864 da Camargo Correia, que essa atividade de cimento, da fabricação de cimento na Cauê é
865 pra dar continuidade a essa atividade de que a Cauê é um novo empreendimento, poderia
866 esclarecer. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - fala no
867 microfone por favor, suspende aí que você é mais alto né. EDMAR CORREIA, CAUÊ -
868 esse processo é um novo processo, a licença da unidade de fabricação de cimento já existe
869 a atividade e agora está licenciando uma usina de concreto dentro do empreendimento, é
870 um empreendimento a parte. ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA,
871 FEDERAMINAS - porque esta atividade já existia antes na Cauê. EDMAR CORREIA,
872 CAUÊ - essa aí é uma usina de concreto. ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA,
873 FEDERAMINAS - concreto, o fornecimento da areia hoje aí já é um problema sério, vocês
874 vão comprar areia aonde, na região do Vale do Aço ali, qual que é o volume disso, dessa
875 empresa. EDMAR CORREIA, CAUÊ - na verdade, até complementando o que foi falado
876 aí com relação à licença, aquisição de licença ambiental, os nossos empreendedores, a
877 Camargo Correia, ela, isso é um processo do próprio ISO 14 mil né, como o próprio
878 presidente falou, isso como as grandes empresas dentro de um processo da ISO 14 mil é
879 obrigação nossa não como legislação, fora de legislação, exigindo ou não a empresa tem
880 por política exigir essa licença que seus fornecedores sejam adequados a 14 mil, isso que a
881 empresa está buscando certificar todos suas unidades. ILTON CARLOS CARVALHO
882 CÂMARA, FEDERAMINAS - qual que é o volume da produção? EDMAR CORREIA,
883 CAUÊ - 4.000 m³ mensal. ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS
884 - então esses fornecedores a princípio de areia e brita seriam da região do Vale do Aço? A
885 pedreira Rolim, Madalena. EDMAR CORREIA, CAUÊ - sim. ILTON CARLOS
886 CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS - e a parte de areia? SHELLEY DE SOUZA
887 CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - gente por favor só uma coisa, lembra-se que se
888 a gente não falar no microfone, depois a pessoa que vai fazer a ata não consegue fazer, não
889 adianta abanar a cabeça, fala porque depois vai ter que escrever as respostas de vocês
890 ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS - essas empresas elas tem o
891 licenciamento, eu sei. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO -
892 ele fez uma pergunta, responda a ele no microfone, claro pra gente poder ouvir. ILTON
893 CARLOS CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS - a Pedreira Rolim, Madalena tem
894 licenciamento, agora, me preocupa o fornecimento de areia, vocês estão tirando do próprio
895 Rio Doce, como é que é o negócio do projeto? ANA CAROLINA - a própria Madalena
896 também, ela tem um fornecimento de areia artificial, está completamente definido se vai
897 ser esse o nosso, um dos agregados miúdos mas é um agregado potencial a ser fornecido
898 pela Madalena. ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS - ok, então
899 é, e ela tem a capacidade pra esse volume e, a captação de areia do rio tem, vocês vão
900 fazer? Já que vocês estão próximo ao rio ali, tem essa. ANA CAROLINA - não teve
901 nenhum estudo de caso pros traços usando o material natural, areia natural, simplesmente
902 foram os traços usando areia natural. ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA,
903 FEDERAMINAS - vocês não vão usar então a areia do rio ou, eu entendi. ANA
904 CAROLINA - a principio não. ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA,
905 FEDERAMINAS - então eu entendo aqui que essa condicionante 3, apesar da posição do
906 ministério público, realmente a empresa já tem né, a Camargo Correia atua inclusive
907 dentro da ISIMINAS também, um dos proprietários da USIMINAS, eu vejo essa empresa,
908 como empresa de muita capacidade, de muita responsabilidade e eu tenho certeza que isso
909 vai fazer parte do próprio empreendimento a Camargo Correia atuar com pessoas que



910 estejam licenciadas, agora, a posição do ministério público, aí já me coloca, o Doutor já
911 colocou que a própria empresa falou aqui na última reunião que vai comprar de qualquer
912 um fornecedor, não é isso Doutor? Em Dr. Leonardo? SHELLEY DE SOUZA
913 CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - Dr. Leonardo, ele está perguntando seguinte, é
914 só lembrar porque estava conversando, é, na última reunião você fez uma citação de que a
915 empresa falou que ia comprar de pessoas, ela oficialmente dizia, comprar de pessoas que
916 não estivesse o licenciamento, ele está perguntando. ILTON CARLOS CARVALHO
917 CÂMARA, FEDERAMINAS - ah, não é esse caso, deu a entender, foi outro.
918 LEONARDO CASTRO MAIA, MINISTÉRIO PÚBLICO - na última reunião, a empresa
919 disse que pretendia sim comprar, porque inclusive a permanência dessa condicionante, não
920 é essa empresa não, de forma alguma, a empresa do caso passado. SHELLEY DE SOUZA
921 CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - eu estou perguntando, que ele perguntou se era
922 essa. ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS - que deu a entender
923 que seria essa presa que, não né. LEONARDO CASTRO MAIA, MINISTÉRIO PÚBLICO
924 - na audiência passada, a empresa também tinha um plano 14 mil, de ISO, etc, que é uma
925 norma auto, voluntária né, é, tinha certificação e tudo mais, mas falou que pretendia
926 comprar e que a conclusão da condicionante poderia trazer dificuldade pra ela e aí foi
927 colocado que, mas não era possível tolerar-se a compra de material de quem não tem a
928 licença ambiental né. ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS -
929 entendido, então eu gostaria de reiterar aqui a minha posição específica por conhecer a
930 anos aqui as atividades da Camargo Correia na região de Ipatinga ou no caso específico
931 aqui de Santana do Paraíso no meu entender eu acho desnecessário essa condicionante até
932 porque essa empresa já tem atividade há muitos anos na região e eu como membro do
933 CODEMA de Ipatinga e da região eu falo que no caso dessa empresa pela atuação dela na
934 região e o comprometimento dela com a região e com a atividade específica, eu vejo como
935 conselheiro desnecessário porque eu tenho certeza que essa empresa vai trabalhar dentro da
936 legalidade como tem feito né, historicamente em nossa região, portanto como conselheiro
937 eu encaminho essa mesma de retirar esse item 3. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO,
938 SECRETÁRIO-ADJUNTO - nós vamos votar então, pedido do conselheiro depois, mais
939 alguma coisa, acho que não, só uma conclusão rápida. DORGIVAL DA SILVA, SUPRAM
940 LESTE DE MINAS - eu queria apenas aproveitar que o assunto está em discussão pra
941 aprofundar um pouquinho o trabalho da equipe técnica que eu acho que, que da SUPRAM
942 que não pode se ver desmerecida em algum ponto, na nossa história de licenciamento
943 ambiental, o técnico quando vai a um empreendimento todas as questões que ele julga
944 pertinente elas são olhadas, a título de exemplo, quando se vai olhar uma cerâmica, o
945 técnico avalia se tem forno, o forno vai consumir lenha, de onde vem a lenha, ela está
946 regularizada, ela tem o controle do IEF, ele pede a certificação de consumidor de lenha
947 emitido pelo IEF, o certificado tem que ser válido, porque eles renovam anualmente, ele
948 faz naquele ato aquela fiscalização, argila pra cerâmica, vem de onde, às vezes o próprio
949 empreendedor da cerâmica é quem extrai a argila, a argila é um bem mineral tem também
950 passível de regularização ambiental, então ele vai fazendo esses questionamentos e se o
951 empreendedor no ato da história tem as suas documentações, e ele comprova a origem
952 regularizada dos seus principais, da sua principal matéria-prima o técnico se dá por
953 satisfeito e isso não vem para condicionante do licenciamento ambiental e ele se entende
954 por satisfeito, completamente atendido, quando ele faz esse questionamento, se não lhe é
955 apresentado no ato da história, a comprovação da regularização ambiental dos fornecedores
956 porque nós sempre enxergamos de três partes, os insumos, o que entra na empresa, o que
957 vem de fora pra que seja processado na empresa, o processo em si como é que se dá a



958 transformação desses insumos e a terceira e parte final que são os principais produtos, o
959 que a empresa produz e pra onde vai, porque a empresa produz resíduos às vezes, não
960 nesse caso, mas tem situações que a empresa produz resíduo perigoso classe 1 e pra onde
961 vai esse resíduo, qual empresa que vai tratar e a gente exige também que a empresa que
962 trate comprove a regularização ambiental independente se ela está no estado de Minas ou
963 em outro estado da Federação, então nós fazemos este trabalhado, quando o técnico não
964 evidencia isso no ato da vistoria ou nos documentos apresentados, não tem outra saída a
965 não ser trazer com uma condicionante pra que a empresa então possa comprovar o que
966 chega, o que está chegando pra ela e o que sai não de forma exagerada, mas naquilo que é
967 passível de licenciamento ambiental, nós não vamos também, como foi colocada parafuso
968 né, um quilo de farinha né, um arroz né, não, mas naquilo que realmente é passível de
969 licenciamento ambiental, faça esse trabalho, só a título de esclarecimento do papel do
970 técnico quando ele traz aqui esse assunto, porque ele já passou por algumas etapas e ficou
971 como única oportunidade colocar nessa forma, como condicionante. SHELLEY DE
972 SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - bem acho que já discutimos né,
973 bastante, tem uma proposta da retirada de um item que nós vamos votar depois, mas nós
974 votar o termo como um todo né, depois fazemos, o conselheiro pediu pra tirar o item e
975 votamos ele, mas gostaria de falar o seguinte, rapidamente, nós vamos voltar a esse termo
976 com mais detalhe, num seminário a gente faz com os conselheiros aqui só pra esse tema, aí
977 eu vou trazer a advocacia geral do estado, vou trazer outros advogados pra gente discutir, é
978 bom a gente discutir e o comparecer da advocacia geral pra gente chegar a um caminho,
979 porque senão a gente fica discutindo isso a vida toda né, não é só aqui, nós estamos
980 discutindo isso também de vez enquanto em Divinópolis, de vez enquanto aparece, de vez
981 enquanto aparece, mas um pouco menos no Sul, então eu acho que está na hora da gente
982 começar a trocar idéias sobre isso, então eu vou pedir um novo procedimento da advocacia
983 geral do estado, vou pedir que ela venha comigo, os advogados, pra gente trocar um pouco
984 de idéias sobre isso né, não é o caso aqui senão nós vamos ficar discutindo sós isso, já
985 perdemos quase uma hora só com isso tema né, e não chegamos ainda a um acordo e nem
986 vamos chegar, se ficarmos discutindo aqui nós vamos ficar com mais dúvidas ainda né,
987 então queria só pedir, nós vamos votar exatamente o que está aí, é lógico que se a
988 promotoria pública quiser e isso é um direito dela, ela pode abrir, fora do COPAM ela pode
989 abrir um ato administrativo, é um direito dela contra isso, é um direito total né, ela tem
990 todo direito, agora aqui nós precisamos nos ater hoje o que a gente tem e fazer as votações
991 pra que a gente possa andar um pouco com a nossa pauta, então eu queria, o item 6.1 da
992 nossa pauta colocar em votação quem estiver de acordo se mantenha como está, ok,
993 APROVADO. Conselheira por favor, no microfone fala sua proposta, é retirar o item, não,
994 você fez uma proposta pra retirar o item, nós precisamos de vota né. ILTON CARLOS
995 CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS - quem fez foi a FIEMG, eu só estou
996 querendo o item 3, retirar o item 3. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-
997 ADJUNTO - só uma coisa, fala seu nome e o pedido seu pedido. ILTON CARLOS
998 CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS - meu pedido é a retirada da condicionante 3
999 do processo administrativo 6.1. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-
1000 ADJUNTO - está claro pra todo mundo o pedido dele, então eu vou colocar em votação,
1001 quem estiver de acordo com o pedido do conselheiro levante a mão, quem estiver de
1002 acordo com o conselheiro levante a mão, só pra mim contar aqui, por favor levante a mão,
1003 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, deixa eu contar os outros aqui por favor continue com a mão
1004 levantada só pra mim contar os outros que não levantaram a mão, 1, 2, 3, levanta a mão, 1,
1005 2, 3, 4, ok, então ok, a retirada de pauta, legal ou não legal é o voto ok, muito bem, mas



1006 vamos continuar então a nossa pauta, eu estou me comprometendo com vocês, eu venho
1007 com a turma, nós vamos fazer um seminário só pra discutir isso aqui, passamos uma tarde
1008 inteira discutindo isso, nós precisamos avançar nisso né, muito bem, item 7 Processos
1009 administrativos para exame de Licença de Operação Corretiva. eu gostaria de destaques
1010 dois itens 7.1 Auto Posto Curinga Ltda. (Ex-A. P. Magalhães e Cia Ltda.) / Comércio
1011 Varejista de Combustíveis e Lubrificantes, exclusive Gás Liquefeito de Petróleo –
1012 Ipatinga/MG – PA/COPAM/Nº 03573/2001/001/2001 – Classe 1 – Apresentação:
1013 SUPRAM Leste Mineiro. 7.2 Icoferme Comércio e Transportes Ltda. / Depósito de Sucata
1014 Metálica, Papel, Papelão, Plásticos ou Vidro para Reciclagem – Ipatinga /MG –
1015 PA/COPAM/Nº 01627/2003/001/2008 – Classe Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro.
1016 Destaques 7.1, 7.2 só pedir destaque um ou outro caso haja, destaque 7.1 FIEMG, alguma
1017 outro destaque, não, então eu coloco em votação, quem estiver de acordo com o item 7.2 se
1018 mantenha como está, ok, APROVADO. 7.1 destaque FIEMG, por favor. MARCO
1019 ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG - eu tenho algumas dúvidas, que não
1020 ficou bem claro pra mim no processo é, a condicionante nº 1 o estudo de estanqueidade me
1021 parece que ela foi feita em 2008, eu só queria confirmar isso se foi realmente feita e
1022 perguntar por que dessa condicionante, se já foi apresentado esse estudo em 2008.
1023 FABRÍCIO TEIXEIRA, SUPRAM LM - a categoria posto de combustível, ela tem uma
1024 deliberação normativa 108/2007 e dentro dela tem tipo um rito a ser seguido e entre esses
1025 ritos é o teste de estanqueidade, treinamento de funcionários, modelamento da caixa
1026 separadora de água e óleo e ela especifica que principalmente para o teste de estanqueidade
1027 ele tem que ter uma periodicidade, e a periodicidade vai depender do tipo de tanque que se
1028 tem no local, se tem controle, ou não tem controle intersticial e outros parâmetros, então
1029 quando a gente coloca uma condicionante pra ser seguida conforme a norma, a gente não
1030 estabelece o prazo porque o prazo é de acordo com a vigência e de acordo com o que ele
1031 tem hoje em loco. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - está
1032 claro pra todo mundo. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG - ok,
1033 está claro, tem mais uma também, é, a condicionante 9, esse prazo de 120 dias realmente é
1034 pro tanque que está desativado né, era só isso porque, só pra confirmar isso. FABRÍCIO
1035 TEIXERAS, SUPRAM LM - ele tem um tanque ativado que a gente confirmou em loco e
1036 quando não tem impedimento físico pra retirada, que é o caso desse empreendedor, ele tem
1037 que tirá-lo, então não é um processo rápido, é um processo demorado, tem que retirá-lo,
1038 tem que comprová-lo pra onde vai, é aquela rastreabilidade que foi discutida no tópico
1039 anterior então também está se aplicando aqui. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
1040 RODRIGUES, FIEMG – beleza, eu só queria fazer uma observação nesse processo, que
1041 até parabenizar a empresa né, que ela quis continuar com o processo, sendo que ela é classe
1042 1 só passivelmente de, somente de AF, é até interessante isso né, louvável uma empresa de
1043 pequeno porte continue porque isso daqui é um custo alto pra ela, um custo econômico de
1044 estudos, de pagar um consultor pra monitorar isso tudo sendo que ela não teria essa
1045 obrigação total sendo que ela é obrigada a seguir todas as normas conforme a legislação
1046 referente a ela. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - ok,
1047 item 7.1 então quem estiver de acordo se mantenha como está, ok, APROVADO. Antes de
1048 entrar no item 8, só gostaria de deixar claro o que o pessoal da Camargo Correia falou aqui
1049 que é muito importante, lembra que pra ISO 14 mil realmente pra você tirá-lo realmente
1050 você precisa ter, é uma exigência da ISO 14 mil todos os fornecedores licenciados e nós
1051 temos na, é importante dizer também que nós temos na nossa legislação quem tem a ISO
1052 14 mil ganha mais um ano de prazo no seu licenciamento né, só lembrar isso, mas grande
1053 parte das empresas tem ISO 14 mil, então é preciso da gente lembrar, olha bem se você



1054 tem a ISO 14 mil e você comprova que você tem, aquilo que foi colocado pelo Dr.
1055 Leonardo é obrigatório pra empresa né, não no aspecto legal, mas no aspecto estrutural pra
1056 que ela consiga a qualificação ambiental junto aos órgãos internacionais né, ou nacionais,
1057 só um lembrete porque está amarrado isso. Item 8 Processo Administrativo para exame de
1058 Revalidação da Licença de Operação: 8.1 Usiminas Mecânica S.A. / Fabricação de
1059 Estruturas Metálicas e Artefatos de Ferro, Aço e Metais Não Ferrosos – Ipatinga/MG –
1060 PA/COPAM/Nº 00028/1996/008/2009 – Classe 6 – Apresentação: SUPRAM Leste
1061 Mineiro. Em discussão, destaque 1 FIEMG, mais alguém destaque, destaque a Policia,
1062 tenente destaque, mais alguém, FIEMG e Tenente destaque, primeiro lugar, pela ordem,
1063 FIEMG - MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG - é, o prazo de
1064 revalidação da licença nós estamos discordando né, de ser quatro anos e conforme foi
1065 justificado é quatro anos porque ele teria um auto de infração, esse auto de infração
1066 inexistente que ele foi votado na reunião de outubro, se eu não me engano em Nova Era esse
1067 auto de infração foi descaracterizado, então sendo assim ela não pode ser punida por um
1068 fato que ela não sofreu sanção, então ela teria que voltar aos prazos normais dela de seis
1069 anos sendo que ela tem ISO 14001 também o prazo dessa licença deveria ser de seis né.
1070 SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - mas aí a empresa
1071 precisa pedir né, se ela não pediu, tem que comprovar e pedir porque senão não adianta.
1072 MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ RODRIGUES, FIEMG - sim, então nós estamos,
1073 como elas não tem nenhum processo contra ela nada que desabone esse prazo de licença,
1074 nós estaríamos pedindo desde que ela venha também de pedir esse prazo da ISO 14 mil de
1075 passar essa licença de quatro para oito anos, que é o prazo máximo. SHELLEY DE
1076 SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - deixa eu ouvir o pessoal que
1077 trabalhou, a equipe por favor. JULIANA, SUPRAM - o prazo de quatro anos foi dado
1078 porque o nosso banco de dados do SIAM, o auto de infração ainda estava em julgamento,
1079 não estava dando como descaracterizado na reunião 40ª que foi em Nova Era, então por
1080 isso que foi dado esse prazo de quatro anos, mas por ser oito anos que foi pedido agora né,
1081 tudo bem, o prazo pode ser. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-
1082 ADJUNTO - se for descaracterizado voce tem direito, acho que são seis anos. JULIANA,
1083 SUPRAM - seis anos, seis anos, mas eles estão pedindo oito anos né, o prazo de validade,
1084 pra equipe ok, tudo bem, oito anos. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-
1085 ADJUNTO - a empresa está presente, gostaria de falar, pois não, deixa só a gente acabar
1086 esse tópico aqui né, não pode falar é sobre a data do pedido de seis anos que é o pedido da
1087 FIEMG, depois a gente entra no outro, por favor. LUZIANE, USIMINAS MECÂNICA -
1088 boa tarde, bom, a licença anterior então ela já era de seis anos e aí a gente não tinha uma
1089 licença de quatro anos, por isso que a gente vem pedir então a ampliação dessa validade
1090 pra oito anos devido a esse auto de infração que foi descaracterizado e julgado em outubro
1091 de 2008, ela era de seis anos, a gente está pedindo agora mais dois anos pra que ela passe
1092 pra oito anos, por a gente não ter tido esse auto de infração durante a vigência da licença
1093 anterior. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - ok, voce quer
1094 falar? ALEXANDRE, SUPRAM LESTE - a DN 17 estabelece no artigo 1º parágrafo 2º
1095 que caso a empresa perfeito, caso a empresa não tenha cometido nenhum, não tenha sido
1096 transitada administrativamente julgada em nenhum auto de infração ela tem aí a benesse de
1097 acréscimo de mais dois anos na sua licença, a licença da USIMINAS a licença de operação
1098 era de seis anos, como o auto de infração foi descaracterizado, por isso o pedido da FIEMG
1099 e da empresa pra oito anos que a equipe da SUPRAM Leste concorda. SHELLEY DE
1100 SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - está claro, desculpa, eu estava
1101 conversando aqui do lado e não ouvi direito, você poderia repetir pra mim só a sua



1102 proposta. ALEXANDRE, SUPRAM LESTE - é a mesma, só justificando a proposta do
1103 conselheiro Marco Antônio da FIEMG que não são seis anos, são oito anos porque a
1104 licença anterior eram de seis anos, como a empresa teve um auto de infração
1105 descaracterizado ela pode ter a benesse da DN17 de acréscimo de mais dois anos na sua
1106 licença de operação, portanto a proposta da empresa que tem a anuência da SUPRAM é de
1107 oito anos, caso da DN 121 que tem a ISO 14001 a empresa tem que comprovar nos autos o
1108 certificado, certificado valido, aí sim, administrativamente, perfeito. SHELLEY DE
1109 SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - inclusive está mudando na nova
1110 mudança da 74 passa pra dois anos da ISO, mas por enquanto é um ano,tá ok, estamos
1111 votando oito anos não é isso, está correto. MARCO ANTÔNIO ASTOLFI DINIZ
1112 RODRIGUES, FIEMG - tem um outro destaque que eu vou passar a palavra pra ela que
1113 ela quer uma alteração de prazo aqui na condicionante. SHELLEY DE SOUZA
1114 CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - então deixa eu só acabar com ele e depois nós
1115 vamos ao tenente, que é o segundo que pediu, por favor, passou a palavra pra você.
1116 LUZIANE, USIMINAS MECÂNICA - bom, a respeito da condicionante 2, que é instalar e
1117 realizar manutenção nas canaletas ao entorno das cabines de jato, pintura e também nos
1118 galpões de produção, hoje a USIMINAS Mecânica ela já tem todo um sistema de coleta
1119 dentro da rede de águas pluviais, exceto de algumas cabines que precisam ser adequadas
1120 mesmos, mas de acordo com o tramite de um processo pra contratação de um serviço que é
1121 realizado hoje que a gente precisa selecionar o prestador de serviço, elaborar o projeto,
1122 estar aprovando o projeto e executar todo esse sistema, a gente está pedindo pra que esse
1123 prazo possa ser prorrogado pra 180 dias pra gente estar apresentando toda obra concluída.
1124 SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - está claro pros
1125 conselheiros, ok, eu vou colocar em votação e depois fazer as duas propostas depois da
1126 votação como um todo, como eu fiz nas outras, ok, mas já estão bem esclarecidas os dois
1127 pedidos da FIEMG, tenente por favor. TENENTE JURAIR CABRAL DE LACERDA,
1128 POLÍCIA AMBIENTAL - com referencia a localização do empreendimento, consta aqui
1129 na página dois que ele está na rua 1, km 2000 em Ipatinga, aqui não fica bem claro a
1130 localização do empreendimento, apesar da gente conhecer mais ou menos o local e o
1131 empreendedor informa ainda que as instalações da empresa encontra-se na área de
1132 amortecimento do Parque Estadual do Rio Doce, no entanto o presidente do Conselho
1133 Consultivo do Parque Estadual informa por meio do termo de manifestação prévia que se
1134 encontra fora, gostaria de saber dos técnicos aí a distância do empreendimento do Parque
1135 Estadual do Rio Doce e se ele está ou não dentro da área de amortecimento do parque.
1136 JULIANA, SUPRAM - nós não temos essa informação porque nós não estivemos nessa
1137 área de amortecimento né, teve a anuência do IEF no processo falando que o
1138 empreendimento não está na área de amortecimento do parque. FABRÍCIO TEIXERAS,
1139 SUPRAM LM - eu quero atropelar a Juliana, se vocês me permitem, esse empreendimento
1140 é na área urbana de Ipatinga ele está, só um pouquinho, acabei de beber um café ali
1141 desculpe, o plano diretor do parque ele estabeleceu uma área de entorno específico ao
1142 Parque Nacional do Rio Doce, onde ali na região de Dionísio, Marliéria ela se avança mais
1143 de 10 km abrindo mão do entorno pela região de Ipatinga e Fabriciano, então a gente não
1144 pode levar em consideração os 10 km que é de regra geral, então. SHELLEY DE SOUZA
1145 CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - é só lembrar que ou você põe os 10 km ou você
1146 põe o manejo, porque às vezes é o manejo que se faz, essa área de amortecimento segue ou
1147 a área de manejo que o IEF faz ou então os 10 km, não é uma coisa certinha 10 km só não.
1148 FABRÍCIO TEIXERAS, SUPRAM LM - correto, podemos então afirmar que o
1149 empreendimento em questão que é a USIMEC não está na área de entorno do parque.



1150 SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - isso, tá ok, tenente, ok,
1151 foram os dois pedidos de destaque, nós faríamos as propostas das ponderações que foram
1152 feitas pela FIEMG, mas eu gostaria de colocar então o item 8.1 da nossa pauta em votação,
1153 quem estiver de acordo se mantenha como está, ok, APROVADO. A primeira proposta de
1154 oito anos modificando os quatro anos que estão aqui de acordo com as explicações dadas
1155 anteriormente, então eu coloco em votação, quem estiver de acordo se mantenha como
1156 está, ok, APROVADO. E a segunda proposta você podia só repetir, lembrar os
1157 conselheiros e a mim também. LUZIANE, USIMINAS MECÂNICA - ampliação do prazo
1158 da condicionante 2 de 90 pra 180 dias. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO,
1159 SECRETÁRIO-ADJUNTO - é um pedido da empresa de 90 pra 120 dias, 180 dias né,
1160 gostaria de falar alguma coisa conselheiro, de 90 pra 180 né. ILTON CARLOS
1161 CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS - só esclarecimento, a USIMEC que está se
1162 referindo é aquela instalada em Ipatinga ao lado da USIMINAS à rua 1, foi referido aqui
1163 rua 1 interna, dentro da empresa né, pelo horto ali né, então a empresa já está instalada
1164 naquela região deve ter mais de 35 anos né, e essa condicionante que você está colocando
1165 são as dos galpões montados interno da empresa, a coleta da água, água de chuva ou
1166 alguma coisa gerada internamente na empresa, eu não entendi. LUZIANE, USIMINAS
1167 MECÂNICA - não, a condicionante é pra coleta da água de chuva, então as cabines hoje
1168 de, são os galpões de jateamento eles não tem esse sistema, mas pra gente estar
1169 implantando, ele tem uma linha férrea que chega nele pra fazer a carga, pra ser jateada,
1170 então é todo um processo que demora até pra execução das obras, por isso a gente está
1171 pedindo a prorrogação desse prazo. ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA,
1172 FEDERAMINAS - é um galpão específico, porque a empresa já tem vários galpões que já
1173 tem a coleta da água. LUZIANE, USIMINAS MECÂNICA - não, os galpões de pintura e
1174 os galpões de produção, eles já tem essa coleta de lixo, só o de jateamento, mas é água de
1175 chuva, não é nada interno dele não. ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA,
1176 FEDERAMINAS - a dificuldade é execução da obra devida a linha férrea. LUZIANE,
1177 USIMINAS MECÂNICA - linha férrea que traz as peças para serem jateadas pra irem pra
1178 pintura ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS - ok, esclarecido,
1179 obrigado. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - obrigado, os
1180 técnicos gostariam de fazer, tudo ok, tá bom, eu coloco em votação o pedido da
1181 USIMINAS de 90 pra 180 dias, não é isso, quem estiver de acordo se mantenha como está
1182 ok, APROVADO. Passamos ao item 9 da nossa pauta. Processo Administrativo para
1183 exame de Prorrogação de Prazo para Atendimento de Condicionante da Licença de
1184 Instalação: 9.1 Belgo Siderurgia S/A – Usina de Monlevade / Siderurgia e Elaboração de
1185 Produtos Siderúrgicos com Redução de Minérios inclusive Ferro-Gusa – João Monlevade
1186 /MG – PA/COPAM/Nº 00023/1986/057/2008 – Classe 6 – Apresentação: SUPRAM Leste
1187 Mineiro. Em discussão, em votação, quem estiver de acordo se mantenha como está, ok,
1188 APROVADO. Item 10 da nossa pauta Processos Administrativos para exame de Alteração
1189 de Condicionante da Licença de Operação, são 7 itens, eu vou ler os itens todos, depois eu
1190 faria por condicionante, né, se vocês não estiverem nada a perguntar eu posso votar, se
1191 houver alguma condicionante fala destaque do 7.1, destaque no item 8, destaque, pra que a
1192 gente possa votar, pois não. Eu vou, ser a mesma, eu vou ler porque eu sou obrigado a ler
1193 os processos que estão sendo julgados né, 1. 10.1 Celulose Nipo-Brasileira S.A / Bloco
1194 Açucena – Fazenda Rubro Negro / Silvicultura – Açucena /MG – PA/COPAM/Nº
1195 04082/2007/002/2008 – Classe 5 – Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro. 10.2 Celulose
1196 Nipo-Brasileira S.A / Bloco Rio Doce / Silvicultura, Centrais de Postos de Recolhimento
1197 de Embalagens de Agrotóxicos e seus Componentes, Viveiro de Mudanças – Belo



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1198 Oriente/MG – PA/COPAM/Nº 04086/2007/002/2008 – Classe 5 – Apresentação:
1199 SUPRAM Leste Mineiro. 10.3 Celulose Nipo-Brasileira S.A / Bloco Sabinópolis –
1200 Fazenda Corrente Canoas, Cachoeira Alegre / Silvicultura – Sabinópolis/MG –
1201 PA/COPAM/Nº 04088/2007/002/2008 – Classe 5 – Apresentação: SUPRAM Leste
1202 Mineiro. 10.4 Celulose Nipo-Brasileira S.A / Bloco Virginópolis – Fazenda Tronqueira /
1203 Silvicultura – Virginópolis/MG – PA/COPAM/Nº 04091/2007/002/2008 – Classe 5 –
1204 Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro. 10.5 Celulose Nipo-Brasileira S.A / Bloco
1205 Cocais – Fazenda Cocais das Estrelas / Silvicultura – Antônio Dias/MG – PA/COPAM/Nº
1206 04093/2007/002/2008 – Classe 5 – Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro. 10.6
1207 Celulose Nipo-Brasileira S.A / Bloco Guanhões – Fazenda Moreira / Silvicultura, Centrais
1208 e Postos de Recolhimento de Embalagens de Agrotóxicos e seus Componentes (1ha) –
1209 Guanhões/MG – PA/COPAM/Nº 04097/2007/002/2008 – Classe 3 – Apresentação:
1210 SUPRAM Leste Mineiro. 10.7 Celulose Nipo-Brasileira S.A / Bloco Nova Era –
1211 Fazenda Piçarrão / Silvicultura – Nova Era/MG – PA/COPAM/Nº 04115/2007/002/2008 –
1212 Classe 5 – Apresentação: SUPRAM Leste Mineiro. Destaques, destaque 10.1 ao 10.7, mais
1213 algum destaque, destaque 10.5, destaque 10.1 ao 10.7, dois pedidos de destaque do 1 ao 7,
1214 e um pedido de destaque 10.5, não é isso, mais nada, ok, pela ordem. CÁSSIA
1215 CARVALHO ANDRADE, BRACELPA – eu queria deixar registrado que eu vou me
1216 abster de votação por ser parte interessada nesse processo, funcionária da CENIBRA.
1217 SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - Waleska, ah desculpa,
1218 10.5. LUIZ GERMANO, INSTITUTO PRÓ-RIO DOCE - é eu gostaria de passar meu
1219 termo de destaque para o presidente do instituto que está presente e gostaria de usar a
1220 palavra. PAULO CÉLIO DE FIGUEIREDO, PRESIDENTE DO INSTITUTO PRÓ-RIO
1221 DOCE - boa tarde a todos, há seis anos, desde 2003 o senhor Teodorico que é um
1222 proprietário, é uma pessoa que vive no Canadá e empreendedor está querendo fazer uma
1223 construção numa propriedade e lá nessa região aqui do 10.5 que é o Cocais das Esmeraldas
1224 com Cocais das Estrelas aqueles altos ali, ele está tentando negociar alguns passivos com a
1225 CENIBRA que existem lá de problema que estiveram de divisões de terra com mais plantio
1226 de eucalipto e tudo mais, há três anos ele me procurou como instituto Pró-Rio Doce, eu o
1227 ajudei a fazer alguns pareceres técnicos lá e o aconselhei a procurar a empresa pra
1228 negociar, pra acabar com esses passivos, enquanto ficou nas mãos dos diretores eles se
1229 limitaram a levar isso pra esfera da justiça, então tem um escritório hoje respondendo por
1230 esse processo, e nós tentamos conversar por final agora com o presidente da CENIBRA pra
1231 por último, pra tentar conversar sobre esse empreendimento, o moço está querendo
1232 construir um hotel fazenda, um cachaçário, uns negócios, alguns empreendimentos dentro
1233 dessa bacia, e trazer capital de fora e tudo mais, só que nós não conseguimos essa
1234 conversa, eu pedi ao Dr. José Carlos, que passou pro Dr. Geraldo Fausto e até duas
1235 semanas atrás o Dr. Geraldo Fausto estava tentando agendar com o presidente da
1236 CENIBRA, como a gente está vendo que a cada dia que passa só está passando
1237 licenciamento, essas coisas estão acontecendo, nós então gostaríamos de protocolar uma
1238 denuncia aqui, a gente vai entregar uma cópia pro Dr. Shelley e vamos entregar outra cópia
1239 pra SUPRAM pra ela acostar no processo da CENIBRA porque pra nós já esgotou a
1240 conversa, o meu aconselhamento pra senhor Teodorico era exatamente de negociar, mas
1241 tem três anos e há três anos nós não conseguimos nem ser recebido pela CENIBRA que
1242 jogou isso pra esfera judicial e tentamos a última conversa com o presidente agora, ele não
1243 nos recebeu. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - eu queria
1244 que você me passasse isso a mão que vou ver isso pra você está, eu vou pessoalmente,
1245 agora, queria só dizer nós estamos votando aqui uma alteração de condicionante, é uma



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1246 outra coisa, mas de qualquer maneira eu acho que é importante, está nessa área, eu levarei
1247 pra Belo Horizonte e trarei uma resposta pra você. PAULO CÉLIO DE FIGUEIREDO,
1248 PRESIDENTE DO INSTITUTO PRÓ-RIO DOCE - Shelley, a gente sabe que já
1249 conseguiram a licença, é alteração de condicionante não seria esse o momento, porem só
1250 agora que isso veio a público e ao nosso conhecimento de que tinha mais esse caminho de
1251 pedido de licenciamento ambiental lá nessa bacia onde está acontecendo, lá tem eucalipto
1252 plantado dentro d'água, em cima de nascente, estrada em cima de nascente, acima de 45°,
1253 mais de 800 metros de altitude, então nós tentamos conversar mas nós não fomos
1254 recebidos. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - pode
1255 deixar, eu vou levar isso adiante, pode deixar, eu vou ver o que está acontecendo. PAULO
1256 CÉLIO DE FIGUEIREDO, PRESIDENTE DO INSTITUTO PRÓ-RIO DOCE - eu
1257 gostaria de pedir aos conselheiros, que nós colocamos algumas fotos ali, são oito fotos só,
1258 é rapidinho, ali é a cachoeira das Esmeraldas tem 120 metros de queda, está dentro da
1259 propriedade do senhor Teodorico, em frente a ela aí ele quer fazer um hotel fazendo, aí é
1260 uma nascente onde tem uma estrada por cima dela, isso aí acima de 45° grotta, nascente,
1261 beira de córrego, linha de água, inclusive eles geraram uma não conformidade lá e nós
1262 fizemos um encaminhamento lá a SGS que é a certificadora ambiental da FSC (Forest
1263 Stewardship Council) e infelizmente nós tivemos que mandar isso pra lá, aí comprovando a
1264 inclinação, nós temos outras fotos, aí é a madeira que está dentro da água, caindo na
1265 cachoeira e outros problemas mais que existe tá certo, como nós não conseguimos
1266 conversar, eu não consegui também pedir ao Teo pra poder negociar mais e nem conversar
1267 com mais ninguém, ele está fazendo a denúncia. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO,
1268 SECRETÁRIO-ADJUNTO - ok, gostaria que isso ficasse registrado na pauta, ok, Waleska
1269 por favor, 1 a 7. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE - como o
1270 processo está sendo analisado, as condicionantes em bloco, por isso que eu pedi de 1 a 7, e
1271 a condicionante nº 12 fala realizar alto monitoramento da qualidade das águas superficiais,
1272 o que eu gostaria de chamar a atenção que quando eles pedem a inclusão de alguns,
1273 monitoramento de alguns parâmetros, e a inclusão de alguns, me chama a atenção o
1274 seguinte, que como é silvicultura e esse empreendimento tem como manejo a aplicação de
1275 herbicidas e formicidas, muitos herbicidas hoje, o princípio ativo, como que é usado na
1276 silvicultura são glifosatos, são "round up" alguns princípios ativos são como base, tem
1277 alguns que persistem no ambiente, tem um período residual muito longo, se alguns
1278 produtos como áreas grandes de plantio, esse produto fica com resíduo durante um período
1279 muito grande no solo, o que pode estar causando se não fizer um monitoramento de águas
1280 nesse, nessas áreas, então quando fala exclusão de parâmetros como por exemplo,
1281 concentração de cobre, que é altamente tóxico, para a cadeia trófica dentro de corpos
1282 hídricos, o quê que isso pode estar acontecendo em termo de contaminação, de peixes e de
1283 outras, biótica aquática, então eu gostaria que esses parâmetros fossem repensados, pra
1284 serem retirados, que não fossem retirados desse monitoramento, dessa qualidade de água,
1285 principalmente por causa do comprometimento do corpo hídrico, por causa de herbicidas
1286 em grande utilidades, porque o herbicida é usado tanto na pós emergência, no todo
1287 período, na emergência de todo o empreendimento de silvicultura, então é complicado
1288 voce tirar o monitoramento de, no empreendimento como esse. ANDRÉIA, SUPRAM
1289 Leste Mineiro - boa tarde, o Waleska, na verdade, esse curso d'água, esse monitoramente
1290 em especifico do item 12, é pro monitoramento do curso d'água que fica atrás do viveiro,
1291 então na verdade esse curso d'água recebe apenas os afluentes do viveiro e por isso que
1292 como o empreendedor pediu pra retirar esses parâmetros, por isso que nós pedimos que ele
1293 apresentasse a primeira análise com todos os parâmetros porque nós pedimos assim que



1294 seja feito uma montante e uma análise ajuizante, porque ele justifica que esses, esses
1295 elementos químicos não são lançados no curso d'água, então a partir dessa primeira análise
1296 é que nós temos condições de ver se realmente esse está interferindo ou não no curso
1297 d'água, e está condicionado no anexo 2, está condicionado se esses elementos estiverem
1298 presentes a ajuizante e não a montante ele fica condicionado a continuar fazendo análise,
1299 igual ou superior. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE - mas quando
1300 fala na discussão aqui o empreendimento solicita a alteração da condicionante nº 12 para
1301 os blocos Açucena, Rio Doce, Sabinópolis. Virginópolis, Cocais, Ganhães e Nova Era a
1302 impressão que dá é que a condicionante está sendo a mesma pra todo bloco, então não é
1303 específico para o caso desse. ANDRÉIA, SUPRAM LESTE - é porque na verdade, nós não
1304 tivemos condições de desagregar esses processos, porque quando ele foi formalizado, na
1305 verdade é um grande bloco porque a CENIBRA tem são mais de 200 mil hectares, só que a
1306 SUPRAM foi na Central, o IEF na central, formalizou esse processo em sete blocos, são
1307 onze blocos, sete no Leste, só que na verdade era todo um contexto, a vistoria foi uma só, a
1308 análise foi uma só, só que foram criados sete processos, então por isso que veio todos os
1309 processos, mas a discussão é específica do bloco Rio Doce, é específico do bloco Rio
1310 Doce, mas como é o viveiro é pra todo empreendimento, a gente não teve como
1311 desmembrar, é mais ou menos por isso, mas a análise é específica do viveiro, a
1312 condicionante item 12 específica do viveiro, não de todo empreendimento. SHELLEY DE
1313 SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - você tem alguma proposta pra fazer.
1314 WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE - é porque não dá pra entender
1315 desse jeito né, não seria interessante. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO,
1316 SECRETÁRIO-ADJUNTO - talvez da própria redação, tinha que ser mais contundente, eu
1317 acho que talvez na própria redação fazer uma justificativa do que é do viveiro talvez, não
1318 sei. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE - é porque aqui quando você
1319 fala do anexo 1, você fala da condicionante alterada pros blocos, ou então não seria
1320 específica no anexo 1 pra essa condicionante ser somente pro bloco que está sendo
1321 avaliado. LUCAS, SUPRAM LESTE - boa tarde, é o seguinte, foi feito um parecer único,
1322 desse sete blocos, como era, quando formalizou esse processo em Belo Horizonte, lá eles
1323 decidiram ao invés de fazer um único processo de todos os blocos, fazer dividido em sete,
1324 mas quando elaboramos um parecer aqui como seria os mesmos itens é um viveiro para
1325 todos, foi feito um parecer único englobando todos esses blocos, então ele faz parte do
1326 bloco entendeu. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE - é um viveiro
1327 que fornece a muda pra todos os blocos. LUCAS, SUPRAM - todos os blocos, é único
1328 viveiro só. WALESKA BRETAS ARMOND MENDES, UNIVALE - entendi, agora está
1329 claro. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - tem um viveiro,
1330 agora eu entendi também, eu estava pensando vários viveiros, um viveiro dentro da, pois
1331 não. RAIMUNDO RODRIGUES PEREIRA, FAEMG - Dr. Shelley, apesar do assunto já
1332 ter passado, apesar de já ter esgotado o assunto aqui, mas eu gostaria só de lembrar que
1333 realmente a formação, o lembrete da Waleska é importante, porque eu acho que a empresa,
1334 não nesse caso específico, mas em toda sua atuação deve estar muito preocupado realmente
1335 com os efeitos da aplicação desses herbicidas e outros insumos na área, porque nós
1336 sabemos do perigo que isso pode representar para a qualidade ambiental né, de maneira
1337 que, eu acho que o COPAM, a SUPRAM, aliás, e a própria empresa devem procurar ter
1338 critérios bastante rigorosos para acompanhar os efeitos da aplicação desses insumos na
1339 silvicultura, não nesse caso específico, somente, mas em toda sua atuação. SHELLEY DE
1340 SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - ok, quer falar alguma coisa, uma
1341 observação, bem eu queria então com as observações feitas e com as dúvidas tiradas, pois



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1342 não. ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS - questão de
1343 esclarecimento, os sete itens aqui são em municípios diferentes né, mas o viveiro é aquele
1344 localizado ali próximo a CENIBRA, ok, muito obrigado. SHELLEY DE SOUZA
1345 CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - ele respondeu sim tá, porque lembre bem, na
1346 hora de voce. ANDRÉIA, SUPRAM LESTE - é que eu achei que ele ia falar mais, por isso
1347 que eu fiz assim. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO -
1348 porque a pessoa balança a cabeça e isso não grava, abano de cabeça não é gravado né,
1349 depois na hora de fazer a transcrição pra pauta não tem jeito, é só isso, está bom, muito
1350 obrigado, então eu colocaria em votação depois de tirada as dúvidas do item 7 processo
1351 administrativo para exame de licença de operação, o i tem 7.1, desculpa, desculpa, do item
1352 processo administrativo para exame de alteração de condicionante de licença de operação o
1353 item 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 10.5, 10.6, 10.7 quem estiver de acordo se mantenha como está
1354 ok, APROVADO. Com todas as recomendações gravadas, já colocadas e constadas da
1355 nossa pauta inclusive. ASSUNTOS GERAIS por favor, pois não, 1, 2, 3, pela ordem.
1356 ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS - primeiro gostaria de
1357 deixar junto ao COPAM a questão do aeroporto da USIMINAS, quando na última reunião,
1358 que na penúltima reunião, nós discutimos essa questão que houve pedido de vista e ficou
1359 para imprensa principalmente da região do Vale do Aço que a mudança do aeroporto
1360 estava se procedendo devido a dificuldades de aprovação junto a esse conselho, gostaria de
1361 deixar em ata que não foi discutido, foi pedido vista e nesse período de se colocar em
1362 votação no conselho, houve alteração junto ao governo estadual e também a empresa do
1363 local, então para a comunidade do Vale do Aço, não sei se aconteceu aqui em outras
1364 localidades, ficou como se esse conselho fosse o grande vilão da mudança e não é verdade,
1365 porque nós estávamos em estudo, nós já tínhamos elaborado os pareceres até a conselheira,
1366 como é que ela chama mesmo, a Waleska, pediu vista né, então nós estávamos em estudo,
1367 então para o Vale do Aço, a imprensa colocou que um dos motivos da mudança era a
1368 dificuldade de aprovação aí junto a esse conselho dessa licença né, de, do empreendimento,
1369 enquanto não é verdade, eu queria deixar esclarecido junto ao conselho né, até que
1370 constasse em ata primeiro o meu repúdio pessoal quanto a essa passagem para a imprensa
1371 colocando os nossos conselheiros aqui como grandes responsáveis da mudança do
1372 empreendimento quanto isso não é verdade, ta certo, aí a mudança foi feita por outras
1373 questões, não foi nem discutida, não se deu nem oportunidade desse conselho discutir né,
1374 de dar a posição do conselho e no meu entender essa mudança foi feita por outros motivos,
1375 políticos, e outros interesses da própria empresa, então eu gostaria que fosse colocado e
1376 fosse resgatado né, ao papel desse conselho junto a essa questão que é polêmica, pessoal
1377 do Revés do Belém hoje acha que nós aqui conselheiros somos culpados do aeroporto, um
1378 grande investimento que seria feito naquela região de Revés do Belém não foi realizado
1379 porque nós aqui, que fazemos assento nesse conselho somos os culpados de não estar esse
1380 empreendimento, identificar, ter sido realizado naquela região, quanto não é verdade,
1381 gostaria de resgatar essa verdade principalmente sobre a imprensa do Vale do Aço e outras
1382 colocações feitas oficialmente na região do Vale do Aço, então é esse a posição que eu
1383 gostaria de trazer para o conselho e dizer que nós estamos sendo execrados até certo ponto
1384 por algumas cidades daquela região que teria um interesse na instalação e nós enquanto
1385 conselheiro, esse conselho aqui infelizmente, pelo que eu pude observar teria todas as
1386 condições de aprovações daquele empreendimento na região do Revés do Belém, então eu
1387 gostaria de deixar esse destaque meu, um dos primeiros, vou fazer mais um aqui.
1388 SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO - eu queria responder
1389 um pouco, conselheiro, sobre isso, eu preciso primeiro saber o seguinte, quem é dono do



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM

Secretaria Executiva

1390 projeto é a empresa, quem está pondo dinheiro e começa quando quiser apresentar projeto
1391 é a empresa, ela é dona do dinheiro, não somos nós não, não é ninguém, lembra bem o
1392 seguinte, o estado não tem interferência nenhuma nisso e nem pode ter, isso é iniciativa
1393 privada, se a Belgo Mineira quiser colocar uma fábrica lá, ela vai apresentar o projeto
1394 ambiental dela pra gente analisar, agora, ela escolhe, isso não é, nós não temos a mínima
1395 autoridade sobre uma empresa, isso é uma escolha empresarial ou do estado, se você for
1396 mexer, por exemplo a COPASA e CEMIG, a CEMIG vem aqui, o estado tem um dinheiro
1397 público que está sendo aplicado ali, vai defender, mas há muito, há muita falta de
1398 conhecimento quê que é o COPAM, muita gente entende, a pouco tempo quando nós
1399 mudamos pra cá todo mundo falava “a COPAM”, “o COPAM” quer dizer, ninguém
1400 entendia o que era isso, hoje o COPAM começa depois da regionalização ser melhor
1401 conhecido, então é preciso de ver então o que os senhores, todos os processos entraram
1402 aqui é a empresa que vem, nos procura, nós temos uma idéia de entrar com processo novo,
1403 apresenta o projeto, nós vamos analisar, vamos ver a viabilidade ambiental do projeto ou
1404 não, trazermos aqui pros senhores discutir, colocar e etc, nós fizemos exatamente isso,
1405 quando a USIMINAS nos procurou, nós apresentamos o projeto, fizemos o projeto,
1406 trouxemos pros senhores, foi pedido vista, mas a empresa da mesma maneira que ela tem o
1407 direito de dizer ‘eu vou fazer’, ela tem o direito de dizer ‘eu não vou fazer’, nós recebemos
1408 uma carta oficial dizendo ‘não vamos fazer mais o projeto’ cancelamos o projeto,
1409 colocamos no arquivo morto, parou todo o projeto, então isso acontece com muitas outras,
1410 tem empresas que chegam falam, ‘olha nós vamos começar, existe um meio, as vezes não
1411 consegue o dinheiro que está longe, dá um trabalho pra gente danado, mas de qualquer
1412 maneira ela paga por isso, ela fez o pagamento dos nossos custos e análises, agora, nós não
1413 temos a mínima, o governo, ninguém tem a mínima condição de dizer pra um empresa o
1414 quê que ela deve fazer, aonde ela vai gastar o dinheiro dela, o dinheiro é dela, mesma coisa
1415 de dizer pros senhores assim “ olha, você não vai comprar essa casa não, você tem seu
1416 dinheiro mas não vou deixar você comprar essa casa né, mesma coisa, então é isso que eu
1417 estou dizendo, o pessoal do Revés do Belém tem o direito, tinha vontade, agora, o estado
1418 não tem e nem o COPAM tem essa autonomia de dizer pra empresa, vocês julgam o
1419 processo quando a empresa apresenta o processo, quando não quer não tem nada pra julgar,
1420 não tem processo, agora, tudo isso é uma discussão interna, nós só vamos fazer o processo
1421 com vocês quando estiver definido o quê que você vai fazer né, eu não posso, não, eu não
1422 queria discutir muito isso não, eu vou dizer porque, por que eu estou saindo, tem um vô aí
1423 que eu vou pegar eu vou ter que sair, eu gostaria de fazer a segunda, tem mais três pra
1424 fazer, depois eu, só pra gente não ficar numa grande discussão, porque isso é polemico tá
1425 ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS – Presidente, a minha
1426 colocação foi no sentido de resguardar o nosso conselho. SHELLEY DE SOUZA
1427 CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – eu estou dando a resposta não é a você não, é a
1428 Revés do Belém. ILTON CARLOS CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS – então o
1429 que foi colocado na imprensa que a mudança foi na dificuldade ambiental e não foi, está
1430 certo, então nós ficamos aí numa situação, não deram nenhuma oportunidade, é lógico, a
1431 empresa a gente tem atendimento porque ela tem dinheiro, ela faz o que ela, faz
1432 investimento do jeito que ela achar melhor, está certo, então a gente tem esse
1433 entendimento, a minha posição aqui em trazer esse problema porque ficou ambientalista
1434 como grande culpado dessa decisão e não é verdade, isso foi colocado tá certo,
1435 oficialmente na imprensa por entrevista do pessoal da empresa, do governo também, eu até
1436 conheço muito pensamento do nosso governador Aécio Neves, um grande líder, é lógico
1437 que ele vai respaldar sempre a questão do melhor para o nosso estado, nisso eu não tenho



1438 nenhuma dúvida nisso, até porque hoje é um dos maiores políticos que o Brasil tem, então
1439 a questão não é essa, a questão que eu queria resgatar é exatamente a credibilidade também
1440 nossa em relação a uma comunidade que nos 40 anos do Vale do Aço, 45 anos do Vale do
1441 Aço, também não teve nenhum investimento do setor público, de política pública no
1442 momento que se poderia ter, aí transferiram para os ambientalistas a situação da decisão
1443 que foi tomada entre o governo estadual e a empresa, então é isso que eu queria resgatar e
1444 outro ponto, me coloco hoje aqui, já é o segundo item, chamando a atenção de uma
1445 situação que aconteceu hoje em Ipatinga, quando estava saindo pra cá, a decisão de se
1446 cortar lá quatro árvores de mais de 40 anos, os Ficos localizados próximo ao shopping em
1447 frente ao empreendimento da Saitama, e com a condicionante né, essas árvores com mais
1448 de 45 anos cada uma foram cortadas com a condicionante de se preservar cinco nascentes
1449 na cidade de Ipatinga, eu fico triste com isso enquanto ambientalista e também com o
1450 ministério público, esse assunto foi levado ao ministério público e foi condicionado dessa
1451 maneira e eu fiquei, me sinto hoje num dia muito triste por ver quatro árvores que
1452 estiveram ali mais de 45 anos próximo a BR 381, cortaram, simplesmente foram cortadas
1453 para preservar a fachada de um novo empreendimento, então eu fico triste com isso, mas
1454 também não, uma cidade igual Ipatinga que hoje não tem prefeito, então é difícil, é uma
1455 situação muito triste hoje que nós vivemos em Ipatinga, cidade não tem prefeito, cidade
1456 que é uma cidade pólo com instabilidade política muito séria, então essas coisas começam a
1457 acontecer, cidade sem prefeito, sem um vice-prefeito, sem uma estabilidade política e que é
1458 triste né, até quando o nosso presidente coloca aqui que os empreendimentos vão caindo
1459 porque uma cidade quinta economia de Minas Gerais não tem prefeito, é um absurdo e as
1460 coisas vão acontecendo, eu dei um exemplo aqui da questão de 5 árvores, de 4 árvores,
1461 somar a idade das arvores dá quase 200 anos sendo cortada hoje em detrimento à fachada
1462 de um novo empreendimento, acho que poderia compor esse empreendimento com as
1463 árvores e, infelizmente hoje foram assassinadas quatro árvores com mais de 50 anos cada
1464 uma delas lá na minha cidade e o que me deixa triste é saber também que a minha cidade
1465 não tem prefeito, está numa estabilidade administrativa grande, é ruim pra Minas Gerais, é
1466 ruim pro Vale do Aço o que está acontecendo na cidade de Ipatinga hoje, muito obrigado.
1467 SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – obrigado conselheiro,
1468 muito obrigado, por favor. ALICE GODINHO, MOVIMENTO PRÓ-RIO TODOS OS
1469 SANTOS E MUCURI - eu gostaria de saber dos conselheiros presentes quais são os
1470 representantes da sociedade civil aqui, comitês de bacia, ONG, tem mais alguém, por
1471 gentileza, é, não está tão ruim assim como eu pensava, mas há uma reclamação muito
1472 grande sobre o processo de licenciamento ambiental em Minas Gerais e eu tive
1473 oportunidade em uma das reuniões anteriores de dizer que o licenciamento ambiental em
1474 Minas tinha virado licenciamento para inglês ver e não licenciamento ambiental, mas
1475 licenciamento econômico, Graças a Deus eu passei três reuniões sem poder comparecer e
1476 hoje a minha impressão já é outra Graças a Deus, principalmente depois da palavra de um
1477 promotor que eu estou querendo importar lá pra nossa região, mas de qualquer maneira é
1478 muito bom e aumenta o otimismo da gente a fé de que a despeito das dificuldades nós
1479 podemos sim chegar a algum lugar na preservação ambiental nesse nosso país, a outra
1480 coisa que eu gostaria de dizer vai parecer uma heresia depois das palavras iniciais do
1481 senhor né, depois de crise falar em crise, só se pensa em economia, e eu acho que está
1482 certo, é razoável mas eu queria colocar o seguinte- os conselheiros que são do governo e
1483 das empresas eles tem condição, ou são pagos pra isso ou estão o tempo inteiro envolvidos
1484 com isso, a sociedade civil tem uma dificuldade grande porque nós somos solicitados
1485 assim continuamente, eu tenho duas semanas que eu estou viajando, eu passo na minha



1486 casa só pra o pessoal vê que eu ainda existo, porque normalmente eu estou viajando
1487 principalmente na bacia do Mucuri nos vários municípios e, fica difícil pra gente perder o
1488 tempo enorme a frente do computador para ler todos esses assuntos que vão ser discutidos
1489 aqui, e é muito desconfortável e até constrangedor às vezes a gente chegar numa reunião
1490 dessa sem ter o conhecimento prévio daquilo que vai ser discutido, a aí é que eu acho que
1491 vai ser uma heresia porque me parece que esse material já foi impresso e depois por
1492 questão de economia deixou de sê-lo, eu gostaria de pedir pra sociedade civil, pra aqueles
1493 que solicitarem isso, que isso voltasse a acontecer, porque com o material impresso eu
1494 posso levar pra cama a hora que eu estiver viajando, pro banheiro, seja lá onde for, eu vou
1495 ter condição de ler aquilo que está sendo exposto, então é um pedido que eu faço que
1496 aqueles que necessitarem disso, quem sabe só eu né, já seria uma economiazinha, então a
1497 outra coisa que se queixa muito durante as nossas discussões de ambientalistas é que feito
1498 o licenciamento a fiscalização não existe, a gente não sabe depois de licenciado o quê que
1499 está acontecendo nos empreendimentos licenciados e o quê que seria possível fazer pra
1500 mudar essa situação, a terceira coisa é com relação ao, aos consultores, aos consultores
1501 não, aos técnicos, a gente acha que seria muito importante que esses técnicos fossem
1502 efetivos e bem remunerados, a remuneração do pessoal do estado é vergonhosa
1503 principalmente na área ambiental, pra trabalhar na SEMAD, pra trabalhar na área
1504 ambiental é preciso que se tenha competência, vocação e até paixão, senão nós não vamos
1505 pra frente e isso não está sendo olhado pelo governo do estado, eu tive a oportunidade de
1506 dizer a secretária Renata Vilhena, no SIMPOSIO, porque o estado está servindo de estágio
1507 onde pessoas competentes ali ganha notoriedade, competência até o dia em que eles são
1508 chamados pra iniciativa privada ou passam num concurso federal, então isso eu gostaria,
1509 Dr. Shelley, olha o aplauso me deixa muito alegre, isso Dr. Shelley, eu gostaria que o
1510 senhor levasse ao secretário, que eu sei que é sensível pra isso, mas principalmente para o
1511 governador, isso são os ambientalistas todos que sentem esse problema, a outra coisa do
1512 senhor a nossa URC lá de Teófilo Otoni, quando é que vai começar, eu fui comunicada de
1513 ‘olha vocês conseguiram’ e até agora nada, conseguiu mas está, isso aí que eu gostaria de
1514 saber e uma denúncia que eu gostaria de fazer que cadeia público, a penitenciária de
1515 Teófilo Otoni está jogando todos os dejetos num córrego na comunidade de Pasto do
1516 Governo na bacia do Mucuri, e a outra coisa que é com a SUPRAM, eu tenho aqui um
1517 pedido de licença ambiental da Piauto que está com uma estrutura fantástico lá em Poté e
1518 esse licenciamento não saiu até hoje, já está aqui a vários dias eu gostaria de saber qual a
1519 resposta que eu dou pra eles, e comunicar também que o processo eleitoral do comitê do
1520 Mucuri está em andamento e vamos começar a trabalhar já no início do mês com a
1521 Universidade de Juiz de Fora sobre a unidade de conservação de Ladainha, na nascente do
1522 rio Mucuri, obrigada. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO –
1523 obrigada a senhora, eu gostaria só, eu não vou falar tudo porque senão vai demorar,(final e
1524 início da 2 parte) mas nunca o possível total né, a gente consegue, mesmo porque existe
1525 uma estrutura que não começa agora, ela começou a muitos anos né, nós temos aí alguma,
1526 por exemplo, outro dia, eu sou um cara que defendo muito benefício pro trabalho, pessoa
1527 ganhar alguma coisa pro trabalho, eu não consigo fazer isso, já tentei já com Renata de
1528 todo jeito mas você tem que passar na assembléia, modificar a lei é uma confusão, algumas
1529 coisas também que às vezes você encontra por exemplo, você não trabalha com uma iria,
1530 você trabalha com várias secretarias, então você da uma aumento pra, pessoal que precisa
1531 da saúde reclama, educação reclama, então é difícil, não é tão fácil, eu pensei que era mais
1532 fácil porque eu venho de fora e quando eu cheguei no setor público pensei que eu ia
1533 conseguir muita coisa, mas é muito complexo, mas não impossível, não vamos cair no



1534 derrotismo de dizer que é impossível, não é não, é possível sim desde que a gente faça
1535 modificações. ALICE GODINHO, MOVIMENTO PRÓ-RIO TODOS OS SANTOS E
1536 MUCURI – eu sou uma otimista congênita. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO,
1537 SECRETÁRIO-ADJUNTO – é, desde que a gente tenha bom senso, lute pelo que a gente
1538 acredita, tenta modificar a leis, então a gente consegue melhorar essas coisas. Bem, mas a
1539 senhora colocou uma seria de coisa, eu posso esquecer alguma coisa, mas eu vou anotar
1540 isso tudo, eu faço questão de vir aqui e responder isso tudo pra senhora, quanto ao
1541 problema mais rápido, eu queria dizer que a culpa do problema lá de Teófilo Otoni não foi
1542 da equipe técnica, esse é um aspecto coube principalmente a demora que a COPASA teve
1543 de entregar os documentos pra que a gente pudesse analisar, porque nós também estamos
1544 com pressa, mas foi entregues, isso a poucos dias, há uma semana que foi entregue, nem
1545 isso né, foram entregues, tem quantos dias, cinco dias né, quinta feira da semana passada,
1546 os técnicos todos já estão agora recebendo, estão correndo atrás porque nós também temos
1547 pressa nisso e rapidamente a gente vai soltar esse processo, ok, isso não demora muito não,
1548 rapidamente a gente vai ter ele aqui pros senhores julgarem, se for preciso, um
1549 ad’referendo pra andar mais depressa, porque não é licença prévia, licença prévia vocês já
1550 aprovaram, a licença de instalação, mas a gente vai correr porque sabemos da importância
1551 disso pra Teófilo Otoni né, e a base do projeto vocês já discutiram na licença prévia e teve
1552 uma grande discussão aqui que vocês participaram, isso deve ser, não desculpe eu estava
1553 pensando que era o projeto, as duas, não eu sei, estou falando as duas, não, mas ela
1554 perguntou sobre as duas sim, eu lembro disso foram as duas, e quanto ao NARC nós
1555 estamos vendo, lembra o seguinte, nós estamos vendo porque a prefeita vai nos ajudar, nós
1556 vamos fazer uma parceria com a prefeita de Teófilo Otoni, senão seria muito difícil pra
1557 nós, exatamente pela contenção que nós estamos com despesa, quando você abre um, nós
1558 abriríamos em qualquer lugar, mas nós temos dificuldade, quando você abre um lugar
1559 desses você precisa de profissionais, você precisa de computador, você precisa de, você
1560 tem um custo que vem implícito na abertura, na hora que, no momento que nós estamos
1561 passando sempre é difícil pra nós abrir um outro NARC em outro lugar, então nós estamos
1562 olhando com muito cuidado, há uma possibilidade, mas nós estamos olhando desde que
1563 não haja custo excessivo no momento que nós estamos vivendo, pra que a gente não dá um
1564 mau exemplo né, está todo mundo dando bom exemplo aí em curso de coisa, nós vamos
1565 dar um exemplo ao contrário né, então nós queremos mostrar que também nós temos
1566 respeito ao dinheiro público numa hora dessa, é preciso de toda cautela pra se gastar
1567 dinheiro, então por isso nós estamos olhando com muito cuidado e, a outra coisa é dizer
1568 que a nossa idéia que nós formatamos esse coisa, era exatamente ter uma, uma sociedade
1569 civil, sociedade empresarial, promotória pública, o estado juntos né, pra que juntos nós
1570 realmente trabalhássemos democraticamente ouvindo todo mundo, todo mundo tem o
1571 direito, tem o mesmo direito de falar, a colocar sua posição, isso é conselho, senão não
1572 precisava de conselho né, a gente reunia, sentava lá com secretário José Carlos no grupo lá
1573 do estado e resolvia tudo, conselho é isso, e a decisão do conselho é essa, é uma decisão
1574 que passa pela liberdade que as pessoas gostaria de colocar seus problemas, as vezes a
1575 gente é derrotado no voto, isso é natural, mas termos o direito de colocar a nossa dúvida, é
1576 isso que é um conselho formado pra julgar, Minas Gerais é o único conselho real no Brasil,
1577 no Brasil todo e eu conheço todo o Brasil como funciona que tem um conselho desse tipo,
1578 eu conheço o conselho da Bahia por exemplo, eu estive lá várias vezes, o quê que é, é uma
1579 sala fechada, não tem participação da sociedade, sentam oito pessoas, ela é chapa branca,
1580 sete são do governo né, e discutem lá dentro, depois coloca um papel lá fora do que
1581 aconteceu, você vai lá e lê, se você foi aprovado ou não, o pessoal vai embora, você não



1582 participa, não há uma participação assim tão aberta, tão explícita da sociedade em termos
1583 de licenciamento ambiental como é em Minas Gerais, é lógico que a gente precisa de
1584 algumas regras porque senão vira um caos, a gente não consegue segurar, não tem
1585 governância, então a gente precisa ter algumas regrinhas, que nós mesmos é que
1586 aprovamos as regras pra que a gente possa funcionar com certos critérios, mas essa
1587 democracia a gente faz questão, democracia é uma das coisas que é mais levantadas pelo
1588 governador Aécio Neves, pela sua equipe, pelo José Carlos, por todos nós, nós temos
1589 discutido muito como faze-la, não é fácil, não é tão simples assim, mas temos conseguindo,
1590 eu participo de nove regionais em toda Minas Gerais, há um crescimento notório de todas
1591 as SUPRAM's que antes partiam pra críticas pessoais e hoje eu não vejo mais crítica
1592 pessoal, o pessoal amadurece, o pessoal vai tendo respeito, fazendo amizade um ao outro,
1593 discute-se idéias, idéias se discute, critica-se idéias, mas problema pessoal passou ser um
1594 nível baixo, aliás quem faz isso está sendo colocado na berlinda porque ninguém da bola
1595 mais pra isso, agora idéias é sensacional como tem crescido as SUPRAM's e todo Brasil,
1596 toda Minas Gerais, como tem crescido, outro dia eu vi uma promotora, uma pessoa que eu
1597 admiro muito também né, como Dr. Leonardo, mas um caso que eu achei muito
1598 interessante, nós estávamos discutindo o processo e ela estava numa discordância com a
1599 FIEMG também, com o rapaz da FIEMG, natural, os dois tinham idéias diferentes,
1600 estavam colocando suas idéias, respeitando, aí ela virou e falou assim, no meio da reunião
1601 ela falou assim – Dr. Shelley, eu posso ir ali pra salinha do lado com o representante da
1602 FEAM, eu acho que nós temos uma solução em conjunta, nós vamos discutir ali, quem
1603 sabe a gente não traz a solução – e foram com o técnico, com o diretor técnico da
1604 SUPRAM lá de Varginha, sentaram lá, ficaram lá uns dez minutos, voltaram com uma
1605 proposta deles, acordadas entre eles, apresentaram pros conselheiros e resolveram o
1606 problema, então muitas das vezes nós estamos compondo, nós estamos procurando
1607 soluções sem agredir pessoas, sem entrar no nível baixo, nível que não tem nada haver,
1608 mas respeitando as pessoas, mas tendo a liberdade de colocar o nosso pensamento, isso que
1609 é importante, nossa idéia, nosso comportamento e, agregando com nossa idéia a decisão
1610 final, agregando informações, agregando conhecimento e ajudando os nossos técnicos
1611 inclusive, vem aqui em grupos, ficam lá na frente, ouvem, tentam explicitar o que está no
1612 processo, pra vocês, orientando o que eles colocaram, aceitando sugestões, mudando,
1613 propondo sugestões, isso é democracia, eu acho que nós não temos no Brasil um modelo
1614 como esse, não temos, acho não, tenho certeza, tenho certeza porque eu conheço todos os
1615 estados, e como eles funcionam, não é assim, tem lugares que é o estado só que assina e
1616 manda pra frente e não tem participação, alguns acham democrático até demais, acham que
1617 cria, mas eu acho que esse é o caminho do mundo, o mundo que nós estamos é o mundo da
1618 discussão, mundo da negociação, o mundo de respeita às idéias dos outros, senão nós não
1619 vamos conseguir a lugar nenhum, ainda acho que nós estamos na frente, e temos
1620 conseguido, porque nós temos conseguido hoje uma quantidade enorme de processos
1621 licenciados, discutidos e licenciados pela sociedade que começa a participar, porque
1622 antigamente era tudo feito em Belo Horizonte, ninguém participava daqui, hoje vem pra cá,
1623 pessoas daqui representado instituições que estão aqui representadas, vem sentam, podem
1624 falar, ficam sabendo, se organizam, isso é democracia, e eu fico satisfeito de ver esse
1625 modelo, acho que nós vamos ter um crescimento muito grande em cima desse modelo nos
1626 próximos anos, porque isso vai evoluir, vai crescer, as pessoas vão entender realmente o
1627 quê que isso aqui realmente representa pra elas e o quê que ela pode representar pra
1628 melhoria do meio ambiente, eu estava vendo aqui né, você vê, ah muda, eu quero que faça
1629 um monitoramento, um auto monitoramento porque cortou, coisa, isso não existia antes né,



1630 nós estamos cada vez agregando mais coisas interessantes pra proteção ambiental, isso é
1631 crescimento, isso é evolução e é isso que nós estamos tentando, não é perfeito, não, é
1632 lógico, me fale um modelo perfeito no mundo, não existe, não existe isso, esse tipo de
1633 perfeição é utopia né, pura utopia, ficção né, mas é um modelo que nós já conseguimos
1634 desde que nós começamos a quatro anos com esse modelo, o crescimento que nós temos,
1635 que a olhos vistos a toda Minas Gerais é cada vez maior, a participação é cada vez mais
1636 inteligente, com, com, com contribuições cada vez mais inteligentes ao processo,
1637 amadurecendo o processo tornando ele mais factível, mais pragmático e realmente nós
1638 todos ganhamos com isso, agora, um problema aqui, um problema pontual aqui, problema
1639 pode haver uma falha, nós somos humanos e podemos falhar também, podemos ter falha,
1640 mas estamos procurando corrigir isso e amadurecer, os técnicos tem amadurecidos muito
1641 também né. ALICE GODINHO, MOVIMENTO PRÓ-PRÓ RIO TODOS OS SANTOS E
1642 MUCURI – eu posso constatar isso que o senhor falou aí de três , da última reunião a qual
1643 eu compareci até esse reunião de hoje ouvi uma diferença muito grande, agora, uma coisa
1644 que preocupa muito a gente é a questão dos lançamentos de efluentes em recursos hídricos
1645 que isso aí a gente precisa ampliar a questão do balanceamento hídrico, sem saber o que
1646 vai pra frente, e como que essa situação toda pode ser definida, mas não é o caso agora, a
1647 outra coisa que eu coloquei aqui numa outra reunião é o seguinte, eu tive a oportunidade de
1648 perguntar aos conselheiros presentes se havia algum conselheiro que tinha conhecimento,
1649 que sabia a respeito de todos os assuntos que foram discutidos, ninguém respondeu e que
1650 seria a resposta que eu daria também, então eu propus que já que a gente faz as reuniões a
1651 tarde, se não seria possível às vezes, na parte da manhã, os assuntos que a gente tivesse
1652 dúvidas ter a oportunidade de discutir com os técnicos. SHELLEY DE SOUZA
1653 CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – eu queria até falar uma coisa, aliás não só na
1654 parte da manhã mas a SUPRAM tem a obrigação de receber vocês a hora que vocês
1655 quiserem. ALICE GODINHO, MOVIMENTO PRÓ-PRÓ RIO TODOS OS SANTOS E
1656 MUCURI – pois é, mas a gente, eu não posso despencar de lá até aqui. SHELLEY DE
1657 SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – não, não, é lógico, mas deixa eu,
1658 conselheira, mas isso pode ser feito pela manhã, eles estão lá na SUPRAM, eles ficam a
1659 disposição de vocês pela manhã isso pode ser feito. ALICE GODINHO, MOVIMENTO
1660 PRÓ-PRÓ RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI) – isso seria ótimo, e a outra coisa Dr.
1661 Shelley, aí falando parece que o senhor também está parecendo prefeito que tem escorpião
1662 no bolso, o financiamento da locomoção da sociedade civil né, eu hoje pago a gasolina,
1663 estou pagando a gasolina e o motorista que me trouxe. SHELLEY DE SOUZA
1664 CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – mas isso existe uma norma já regularizando
1665 isso, eu vou pedir que o pessoal mostre a norma pra senhora pra senhora fazer a . ALICE
1666 GODINHO, MOVIMENTO PRÓ-PRÓ RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI) – eu acho
1667 uma boa idéia, meus filhos estão querendo me deserdar porque eu estou gastando dinheiro
1668 só com meio ambiente. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO
1669 – isso a senhora pode deixar que talvez não tenha informado, mas a sociedade civil tem o
1670 direito de estar regido em lei, decreto, então é só ver como fazer que tem umas regrinhas
1671 também, tem uma norma que como é que restitui isso, o quê que a senhora precisa de
1672 preencher pra receber, eu vou pedir, a senhora procura o pessoal, o Dorgival, pessoal da
1673 administração que eles informam a senhora, mas isso existe. ALICE GODINHO,
1674 MOVIMENTO PRÓ-PRÓ RIO TODOS OS SANTOS E MUCURI - muito obrigada.
1675 SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – de nada, mais alguém,
1676 pois não. CARLOS OLIVEIRA, SINDICATO DOS GEÓLOGOS DE MINAS GERAIS –
1677 eu queria só endossar a palavra da conselheira a respeito da parte impressa dos problemas e



1678 tal porque a gente da parte da sociedade civil fica o tempo todo pra baixo e pra cima, e as
1679 vezes a gente não tempo de ficar na frente do computadores pra ler né, e eu queria fazer um
1680 adendo também ao que ela falou a respeito da fiscalização das licenças depois de emitidas,
1681 que pelo menos no nosso setor nós somos fiscalizados sim e muito, mineração foi talvez o
1682 primeiro a apanhar da fiscalização ambiental e também somos os primeiros em termos de
1683 se legalizar projetos na parte ambiental desde o início que começou o problema ambiental
1684 né, como um todo e tal, então nós somos os primeiros e prioritários em tudo, eu tenho
1685 empresas que eu trabalho hoje que antes mesmo deu chegar aqui na fábrica, eu recebi
1686 telefonemas que elas estão sendo fiscalizadas, nós estamos em maio e a fiscalização está
1687 passando lê pela segunda vez hoje, está sendo feito, até o tenente saiu da sala aqui, mas
1688 está sendo feita uma nova vistoria toda na região de São José da Safira, Santa Maria do
1689 Suaçuí pela segunda vez esse ano, a primeira vez foi feita pelo pessoal da SUPRAM e
1690 agora está todo pessoal da polícia ambiental vistoriando tudo lá de novo, então é pedir pra
1691 deixar de fiscalizar a gente um pouquinho, entendeu entendeu, tem tantos setores pra serem
1692 fiscalizados e a gente é fiscalizado direto, então no nosso setor a fiscalização acontece sim
1693 e muito, obrigado. SHELLEY DE SOUZA CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO –
1694 obrigado, obrigado conselheiro, eu só queria colocar uma coisa, conselheiro, só pra ver
1695 como as coisas são interessantes né, é dois pontos de serviços diferentes né, isso é natural,
1696 isso que é bom né, mas eu gostaria de falar, é lógico que nós temos um programa de
1697 fiscalização, perfeição na fiscalização, nós não temos uma pessoa em cada ponto ver o que
1698 está acontecendo, isso é impossível, isso não existe, é preciso da sociedade tornar
1699 responsável né, e de vez enquanto é isso, problema grande de formação de educação, de
1700 uma série de compromisso que nós temos com o meio ambiente, se cada um de nós for
1701 comprometido, metade dos problemas não teriam acontecido, agora, nós temos uma base
1702 também de, de vez enquanto, é como imposto de renda, você pega de vez enquanto uma
1703 turma aí né, no bolo, no laboratório, nós temos, não podemos pegar todo mundo, mas de
1704 vez enquanto fazemos com a polícia militar alguns programas pra ver, não vou dizer
1705 fiscalização, pra ver se a lei está cumprida em determinados pontos né, e temos feito,
1706 fizemos muitos projetos, eu vou pedir ao CGFAE que é o nosso órgão que faz a
1707 fiscalização do estado pra mostrar o programa aqui que eles tem do ano passado e esse ano
1708 o programa que eles tem fiscalização do estado, existe alguns problemas ainda que nós
1709 estamos preocupados, vão ter que ser melhor discutidos né, e que nós vamos passar por
1710 exemplo, eu disse um que é o problema da condicionante, nós estamos procurando hoje
1711 olhar as condicionantes também, quando um técnico vai a um determinado local, ele vai
1712 pegar as condicionantes daquela empresa do local também, aí ele aproveita e já faz todo
1713 um trabalho maior, invés de ficar um dia, fica dois dias e já pegam uma série de
1714 condicionantes pra empresas que estão naquele lugar, pra verificar e conversar com a
1715 empresa como é que está o andamento, isso tudo pode ser feito, é um trabalho que nós
1716 estamos fazendo pra preencher essa lacuna que nós temos muito nas condicionantes, mas
1717 temos um programa, vamos mostrar o programa, perfeição no licenciamento é impossível
1718 né, nós não temos, às vezes a pessoa, está atingindo a pessoa diretamente, ela fala – é um
1719 absurdo, não sei o que, não sei o que, porque ela está vivendo um problema ali mas nós
1720 não estamos, é um estudo muito grande e Minas Gerais pra você estar em todos os lugares,
1721 não é possível, então a gente quando vocês falam, várias coisas foram colocadas, eu vou
1722 chamar o CGFAE, polícia lá em Belo Horizonte e vou falar – olha eu queria que vocês
1723 olhassem isso pra mim, houve uma reclamação do COPAM, os conselheiros reclamaram,
1724 eu queria que vocês olhassem, entendi, isso eu faço com todas as reclamações que são
1725 colocadas, e tentamos fazer, não tanto né, mas tentamos fazer o máximo possível, agora,



1726 quem está fazendo a coisa certa, não precisa se preocupar, a fiscalização vai só lá, então
1727 quem tem medo de fiscalização, é só quem não está fazendo coisa correta, é só isso.
1728 CÁSSIA CARVALHO ANDRADE, CENIBRA - é, só em resposta à denúncia que o
1729 senhor Teodorico né, e o Catatau fez em relação à CENIBRA, agora assim falando como
1730 Cássia CENIBRA, não Cássia representando a BRACELPA, é que eu só tomei
1731 conhecimento do caso agora né, que foi realizada a denúncia, e eu fiquei sabendo que
1732 realmente o caso foi passado pra um escritório né, de advocacia pra estar cuidando, mas a
1733 CENIBRA está de portas abertas tá, está pra negociar sobre o caso, você falou que não
1734 consegui marcar uma reunião com o presidente, o que eu vou tentar fazer é conversar com
1735 o Luciano e com o Deuzeres que são responsáveis pela parte de agricultura pra gente tentar
1736 resolver a situação tá, mas se não consegui marcar a reunião ainda eu peço desculpa em
1737 nome da CENIBRA, mas a gente vai tentar viabilizar isso tá bom. SHELLEY DE SOUZA
1738 CARNEIRO, SECRETÁRIO-ADJUNTO – bem gente, eu vou, o Dorgival vai continuar
1739 com vocês, eu queria dizer a satisfação de estar com vocês, sempre é uma satisfação muito
1740 grande estar aqui no Leste, tem muitos amigos, é uma oportunidade de rever os amigos, de
1741 encontrar com vocês, de participar com vocês de uma reunião tão rica, quanto eu posso né,
1742 sair de Belo Horizonte eu vou estar aqui, pode ter certeza, da próxima vez eu pretendo vir
1743 com a Dr^a Zuleika pra que ela tome posse, pra que eu dê posse a ela e pretendo estar
1744 também na próxima reunião, espero que na próxima reunião a gente esteja votando os
1745 projetos aí que eu estou doido pra ver em pauta e nunca acontece, mas eu espero que na
1746 próxima reunião gente tem em pauta isso, gostaria de dizer também da satisfação, me
1747 desculpem mas eu vou ter que voltar, viajar quatro horas e meia pra Belo Horizonte, tem
1748 um voo pra Belo Horizonte que é as cinco horas, agora colocaram o último voo pra Belo
1749 Horizonte as cinco horas, então a gente tem que voltar de carro que amanhã cedo eu tenho
1750 que estar lá, e eu cheguei aqui de manhã correndo hoje, pro negócio com a prefeita, estou
1751 um pouco cansado, acho que estou ficando velho, geralmente eu não cansava não, agora
1752 estou começando a cansar, vocês me desculpem, eu vou sair e vou deixar com o Dorgival,
1753 mas tudo ele vai me falar, eu vou tentar dar as respostas que eu puder na próxima reunião
1754 pros senhores, muito obrigado, foi um prazer estar aqui, Dorgival, por favor. DORGIVAL,
1755 SUPRAM LESTE DE MINAS – assumindo a coordenação dos trabalhos aqui, pediria só
1756 um silêncio por favor, a reunião, ela ainda continua, por gentileza, e pediria também aos
1757 conselheiros que se for possível agüentasse um pouquinho mais do tempo, há algumas, há
1758 uma listra de registro aqui, antes de encerrarmos os assuntos gerais né, ainda não
1759 encerramos, há uma listra de registro aqui de participantes que querem fazer uso da
1760 palavra, eu só gostaria de dizer se nós encerramos a parte de assuntos gerais, se ficou
1761 algum conselheiro sem se manifestar, que gostaria de se pronunciar, muito bem, nós vamos
1762 passar então aqui para o uso da palavra e gostaria de chamar aqui o Sr. Luis Constantino
1763 pra que faça aqui sua, não sei se ele se encontra aqui ainda, Sr. Luis Constantino, então eu
1764 vou chamar Rita, Sr^a Rita de Cássia pra faça aqui sua exposição, por favor, cinco minutos,
1765 poderia. RITA DE CÁSSIA - boa tarde a todos, eu primeiro gostaria de deixar um
1766 documento pro Dr. Shelley, eu estou vendo que ele está saindo, eu vou me dirigir lá pra
1767 mim deixar o documento antes da minha fala ok, eu estou aqui em nome da comunidade de
1768 Coronel Fabriciano, a gente está aqui pra trazer ao COPAM o problema que a gente está
1769 passando por lá com relação a uma licença sobre a instalação de uma estação de tratamento
1770 de esgoto, o que a gente tem a fazer, a falar é o seguinte, primeiro, é, acho que as coisas
1771 não ficam bem claras na mídia e a gente nunca está contra uma estação de tratamento de
1772 esgoto, a decisão não é essa, o que a gente quer é o seguinte, a estação de tratamento de
1773 esgoto, ela não pode ficar instalada numa zona urbana, então é este o nosso problema,



1774 então com relação à questão jurídica, a gente já estudou, a gente já leu muito esse processo,
1775 a gente acha que agente tem três situações que são pontos de nulidade desse processo
1776 porquê, a gente tem, os três primeiros pontos que a gente vai falar é o seguinte, a
1777 declaração de conformidade como todos senhores devem saber, um dos documentos que
1778 fazem parte do ROL de documentos pra entrar com pedido de licenciamento é a declaração
1779 de conformidade da prefeitura municipal tá, na nossa cidade o quê que acontece, essa
1780 declaração foi emitida, está nos laudos do processo como próprio Dr. Dorgival falou,
1781 assinada pelo prefeito, o logotipo do prefeito, você pressupõe que essa declaração
1782 efetivamente tem o quê, o aval da comunidade tá, não existiu em nenhum momento a
1783 consulta à comunidade pela prefeitura de localização dessa estação de tratamento, na lei do
1784 estatuto da cidade ela fala claro que a comunidade tem que ser consultada com relação a
1785 isso, isso não aconteceu, então, ou seja, o primeiro documento no ROL de documentos pra
1786 licença, ele pra mim é ilegal porque ele não tem valor, porque ele não atendeu aos
1787 preceitos legais da lei que determina que a comunidade seja consultada pra efeito daquele
1788 documento tá, o outro ponto é questão da publicidade tá, é, a nossa cidade todo mundo
1789 conhece, é o Vale do Aço, a gente tem os jornais normais lá, que é o quê, o diário do Aço,
1790 Vale do Aço, é o que a comunidade lê, de acordo com um normativo da própria, da própria
1791 SUPRAM tem o quê, tem um artigo que fala que tem que ser publicado pela empresa o
1792 pedido de licenciamento, então essa publicação, ela foi feito num periódico que chama 'o
1793 tempo de Belo Horizonte', a gente não teve condições de primeiro por causa da prefeitura
1794 que não nos deu voz, não nos comunicou o local, a gente nem sabia que tinha andamento
1795 esse processo, e ela fez uma declaração de que a comunidade estava ok, e que o lugar, o
1796 local atendia aqui, segundo foi a COPASA que não publicou num jornal de grande
1797 circulação, então a gente tem tanto princípio constitucional da publicidade, quanto o
1798 princípio da guardiã de meio ambiente que nós cidadão somos, a gente teria que ter tido
1799 conhecimento disso pra gente falar alguma coisa, e o outro ponto que a gente tem sobre a
1800 questão de nulidade, é a questão do projeto, esse projeto, a gente começou a discutir por
1801 causa dos odores e dos gases tóxicos que causam esses odores, eles são queimados e vão
1802 pra atmosfera, aí tem casa, escola, residência, do lado 100m, 50m é dentro do perímetro
1803 urbano da cidade de Coronel Fabriciano, então o quê que acontece, esses gases geraram
1804 assim, a gente estudou, buscou engenheiros pra falar do assunto e ficou claro que não
1805 existe a própria COPASA também participou das audiências, não existe uma estação de
1806 tratamento de esgoto, apesar da COPASA não falar isso, não foi dela que a gente escutou,
1807 mas que não existe no Brasil uma metodologia de estação de tratamento de esgoto que
1808 possa não emitir estes gases, aí depois de muita discussão, já tivemos audiências públicas
1809 com relação a isso a gente tem hoje uma possibilidade em que a própria COPASA e a
1810 própria Prefeitura estaria analisando um situação pra eliminar esses gases, então esse é o
1811 terceiro ponto que a gente alega em questão de legalidade pra se revogar essa licença, se há
1812 que se fazer um novo projeto, porque o projeto que foi aprovado que está na pauta lá ele
1813 não tem validade, não tem validade porque aquele ali não pode ser construído, porque
1814 aquele ali vai causar odores, então ele vai ser mudado, então se ele vai ser mudado, você
1815 não teve uma declaração de conformidade, não teve a publicidade, o projeto vai ser outro,
1816 então queremos o quê, não há que se falar em manter aquela licença, acho que aquela
1817 licença efetivamente ela deveria ser revogado e agora pro outro lado da situação que é
1818 tirando a parte legal, a gente enquanto comunidade, nós temos dez mil assinaturas das
1819 regiões de vizinhança colocam que eles não tem condições de conviver, nós somos um
1820 bairro, nós temos de lá vários bairros, temos bairros pobres e as pessoas não vão conseguir
1821 sobreviver se aquela estação de tratamento for instalada lá, então a gente pede o clamor de



1822 vocês pra pensar na população daquela cidade, nós temos quase dez mil pessoas, eles falam
1823 que quem está reclamando são pessoas de poder aquisitivo melhor, é lógico, porque, por
1824 que eu tenho condições de pagar um carro e estar aqui hoje, os outros trabalhadores não
1825 tem, então quem está à frente é quem tem com certeza quem tem uma condição um pouco
1826 melhor, mas as pessoas que vão ser sofridas com aquela estação de tratamento elas tem que
1827 ser vistas, a gente tem uma quantidade grande, e a gente clama, clemência de vocês, pra
1828 vocês alterarem essa estação, e a COPASA e a Prefeitura sabe que existe um novo local, é
1829 só isso, meu tempo acabou né, eu espero que vocês compreendam a nossa angustia, porque
1830 a gente não dorme direito desde setembro, em função desse grande problema que nos
1831 assola. DORGIVAL, SUPRAM LESTE DE MINAS – ok, eu só queria fazer algumas
1832 colocações na fala da Sr^a Rita, o processo, quando ela citou ali a documentação da
1833 prefeitura, eu queria só corrigir, se ela me permite ali, sem nenhum agravio à
1834 manifestação, mas a documentação da prefeitura não pressupõe aceitação da comunidade,
1835 a declaração da prefeitura significa que o empreendimento está de acordo com as leis de
1836 uso e ocupação do solo daquele município, então nós, quando o processo é formalizado da
1837 SUPRAM, esse documento é exigido, quer dizer, sem esse documento o processo de
1838 licenciamento não existe, ele não é formalizado na casa, então quando o empreendedor
1839 trouxe o documento a SUPRAM entende que perante a legislação do município, aquele
1840 empreendimento está de acordo, agora, é do conhecimento que ela colocou aqui que existe
1841 uma legislação municipal, ela está fazendo essa afirmação que para que o prefeito emita
1842 esses documentos ele tem que ouvir a comunidade, então isso é uma legislação do
1843 município de Coronel Fabriciano, quer dizer, pro prefeito emitir isso ele deveria ter ouvido
1844 a comunidade, nós não temos como, nós exigimos, o empreendedor entrega a
1845 documentação, ela instrui devidamente o processo, então o processo que foi julgado aqui a
1846 algum tempo atrás, eu não vou me recordar aqui qual mês que o conselho julgou o
1847 processo de licenciamento ambiental, ele foi corretamente instruído, sobre o ponto de vista
1848 técnico, jurídico, parecer elaborado e foi submetido ao conselho a licença foi aprovada, já
1849 tem eu acho que mais de três meses, se não me falhe a memória, tem um tempo maior né,
1850 exatamente, então hoje há um impasse que nós estamos vivendo, inclusive a comunidade
1851 de Coronel Fabriciano com respeito ao odor proveniente da ETE que é conhecido e
1852 também acho que é importante que se diga aqui, foi, ou foi comercializado ou está em fase
1853 de negociação de um terreno ao lado da ETE pra construção de um hospital Metropolitano,
1854 me parece que é da UNIMED aqui, deseja se instalar ali, então isso negociado também
1855 junto com a prefeitura, então criou se toda uma insatisfação em cima não só da ETE, mas
1856 também porque se for colocar, você escolhe o quê que você quer, o hospital ou a ETE,
1857 então não é esse, não é essa situação porque o processo já tem licença pra se instalar
1858 legalmente a COPASA tem a licença que foi dada aqui pelo conselho pra se instalar a ETE
1859 naquela localidade, então isso vem sendo discutido recentemente houve uma assembléia
1860 legislativa numa comissão de meio ambiente do estado liderada ali pelo deputado Fábio
1861 Avelar tivemos oportunidade de participar dessa assembléia, onde foram levantadas todas
1862 essas informações, esses documentos foram apresentados e essa comissão então ela está
1863 desenvolvendo uma solução pra esse impasse, quer dizer, não é nesse momento aqui que
1864 nós vamos tomar nenhuma decisão sobre o fato, nem rediscutir questões que já foram
1865 julgadas aqui por esse conselho, mas já há uma atuação dessa comissão de meio ambiente e
1866 certamente deve pedir, eu imagino, imagino eu porque eu tive o oportunidade de participar
1867 desde o início de várias reuniões com a comunidade, participamos lá em Coronel
1868 Fabriciano e estamos sensíveis também, a essa colocação, nós não estamos aqui pra dizer à
1869 comunidade, agüente a ETE de qualquer jeito goela abaixo, não é essa a situação, eu acho



1870 que até um exemplo dentro da nossa região, de mobilização da comunidade, de
1871 participação, de envolvimento da comunidade nos processos de licenciamento, então acho
1872 que isso é um grande exemplo lá no município de Coronel Fabriciano, o estado precisa
1873 rever alguns pontos e está revendo alguns pontos de construção de estação de tratamento
1874 de esgoto, a exemplo do é feito para tratamento de resíduo sólidos urbanos né, o lixo
1875 municipal, hoje no estado existe orientações técnicas pra definir qual é a melhor área,
1876 distância de núcleo populacional, distância de curso de água, e nós não temos isso hoje
1877 para estação de tratamento de esgoto, deveríamos, o estado deveria ter isso hoje, se fosse
1878 olhado só o ponto de vista da engenharia, é mais fácil pra engenharia construir uma estação
1879 de tratamento de esgoto naquilo que vai ser menos custoso, sob ponto de vista de
1880 bombeamento de esgoto pra tratar, consumo de energia elétrica, enfim, em vários pontos
1881 que a engenharia sempre observa, mas também tem que se olhar esse fato de uma estação
1882 hoje construída num bairro ou no núcleo populacional, então realmente ela causa
1883 incomodo à comunidade de que rodeia, então isso hoje com esse levantamento que está
1884 sendo feito, está sendo revisto, inclusive ontem tive a oportunidade de conversar com a
1885 Denise Bruski que era a gerente de saneamento, Denise é muito conhecido na área de
1886 saneamento da FEAM porque ela trabalhou nisso desde inicio, em larga experiência e cuja
1887 sugestão até pra novos casos, nós elaborarmos junto com a FEAM e parceria, uma
1888 orientação técnica pra definição de áreas ideais pra construção de tratamento de esgoto,
1889 estação de tratamento de esgoto, então eu só queria fazer essa ressalva no que a Sr^a Rita
1890 colocou porque o documento emitida pela prefeitura é o documento exigido em todo
1891 processo de licenciamento ambiental e ele veio da forma correta, foi entregue, o processo
1892 seguiu a diante sem nenhum vício nesse sentido, nem no ponto de vista técnico nem
1893 jurídico, quer dizer, sob ponto de vista técnico e jurídico com conhecimento que temos
1894 hoje que foi referendado aqui pelo conselho não haveria nenhum problema em se instalar a
1895 ETE lá, só que não é bem essa situação que nós estamos convivendo com ela, então o
1896 impasse está colocado, está sendo desenvolvido, a COPASA ainda não começou fazer
1897 obra, tem licença desde outubro né, outubro, se não me falhe a memória setembro ou
1898 outubro, a COPASA não fez nada lá ainda, em respeito a todo esse trabalho que está sendo
1899 feito pela comunidade pela liderança local né, então era isso as considerações, eu queria,
1900 nós temos uma lista aqui de quase 20 pessoas, eu queria a compreensão, porque eu acho
1901 que foi dada oportunidade de externar, a gente está acrescentando mais alguns elementos,
1902 documentos foram entregues e há também paralelamente um processo sendo desenvolvido
1903 junto a comissão de meio ambiente, eu queria pedir permissão aos conselheiros pra nós
1904 seguirmos adiante com nossas manifestações que estão aqui, conselheiro quer fazer alguma
1905 colocação, por favor. VALÉRIO MÁXIMO GAMBOGI PARREIRA, COPASA –EU SOU
1906 CONSELHEIRO REPRESENTANDO A SEDRU – só uma colocação rápida com relação
1907 a mudança de projeto, a COPASA não está mudando o projeto, da estação de tratamento de
1908 esgoto, ela simplesmente está se antecipando a uma questão se no futuro houver uma
1909 condicionante na questão de redução de odores no caso de haver a presença de odor, a
1910 captação desses gases que poderia estar gerando os odores e tratar esses gases, 98% dos
1911 gases, eles são coletados e queimados, existe um resíduo que pode gerar um odor que a
1912 COPASA está propondo um projeto complementar ao que foi aprovado aqui inclusive pra
1913 poder tratar esse odor, então não é questão de modificação de projeto, não está havendo
1914 nenhuma mudança do projeto, está havendo sim uma complementação do projeto pra
1915 realmente resolver o problema do ar, porque a questão da água, a COPASA através do
1916 tratamento de esgoto ela já vai estar resolvendo, nós temos problemas sérios ambientais na
1917 cidade e não só na questão do tratamento final dele, mas a questão em lançamento em



1918 cursos de água de esgoto em diversos pontos poluíram o ambiente como um todo na cidade
1919 de Coronel Fabriciano, então o que a gente quer é resolver essa questão o mais rápido
1920 possível pra que a população como um todo não apenas uma parcela pequena da população
1921 que está sofrendo com o problema, que está sofrendo não, que está supondo que vai sofrer
1922 com o problema, uma coisa que nem existe ainda, e estão se antecipando, então nós
1923 queremos resolver o problema de 100 mil habitantes da cidade de Coronel Fabriciano e não
1924 uma pequena parcela da cidade. ALICE GODINHO, MOVIMENTO PRÓ-RIO TODOS
1925 SANTOS E MUCURI – eu peço licença a todos que me desculpem, eu vou pegar estrada,
1926 então vou sair um pouquinho mais cedo, muito obrigada. DORGIVAL DA SILVA,
1927 SUPRAM LESTE DE MINAS – ok, Dona Alice, muito obrigado e uma boa viagem pra
1928 senhora. LEONARDO CASTRO MAIA, MINISTÉRIO PÚBLICO – eu vou pedir licença
1929 também pra mim retirar, eu preciso voltar pra promotoria, e agradeço a todos. DORGIVAL
1930 DA SILVA, SUPRAM LESTE DE MINAS – muito obrigado Dr. Leonardo. ILTON
1931 CARLOS CARVALHO CÂMARA, FEDERAMINAS – eu gostaria de me solidarizar com
1932 a senhora Rita né, de Coronel Fabriciano e chamar a atenção desse conselho quanto a
1933 instalação desse, dessa ETE, será em qual bairro mesmo lê, entre Santa Terezinha e
1934 Mangueiras, então é o seguinte, hoje se quiser observar se tem odor ou não, é só ir em
1935 Ipatinga, já tem a ETE instalada na saída da cidade pra Caratinga, realmente a situação é
1936 complicada, a COPASA não resolveu isso em Ipatinga, já tem lá instalada a mais de cinco
1937 anos, dez anos, não sei, vou fazer oito anos, não sei se tem até agora tecnologia pra
1938 resolver esse problema está certo, agora, eu acho que a falta de sensibilidade do prefeito de
1939 Coronel Fabriciano tá certo, eu acho que a COPASA também sendo órgão ou uma empresa
1940 da competência da COPASA, da eficiência, ela não vai querer fazer uma coisa também pra
1941 colocar a população contra ela, ela está querendo resolver um problema, não criar um
1942 problema pra ela, isso é fato, então eu acho que a comunidade tem que continuar
1943 mobilizada ta certo, eu acho até que o conselho, você já falou, já foi liberada aqui a licença
1944 de instalação, mas de operação ainda não né, então tem processo pra frente tá certo, agora,
1945 a comunidade tem que ficar mobilizada, estou lembrando bem aqui um fato ocorrido em
1946 Ipatinga, depois de 20 anos instalado a graxaria lá no bairro Limoeiro foi fechada tá certo,
1947 então deixa eu só colocar aqui, mas isso tem que ter uma mobilização da comunidade e o
1948 prefeito, a câmara municipal tá certo, tem que estar junto na luta né, então eu gostaria de
1949 colocar isso, eu acho que a senhora deve continuar junto a comunidade imobilizada tá
1950 certo, no sentido de que seja instalada em outro local, que Fabriciano tem outras áreas que
1951 não seja habitas como é o caso de Mangueira ali que está tendo uma, um crescimento
1952 demográfico grande, tá certo, uma área de ocupação hoje grande dentro de Coronel
1953 Fabriciano, pegando ali Amaro Lanari aquela região ali e ali tem locais que não vai
1954 interferir, ta certo, então precisa da sensibilidade do prefeito, da COPASA também do
1955 governo estadual lógico, mas eu acredito que como tem feito o governador Aécio Neves aí,
1956 tem mostrado a sua competência, ele não vai deixar uma empresa que tem ligações com
1957 estado fazer uma coisa contra o povo de Coronel Fabriciano, eu penso assim, mas ainda
1958 tem o recurso ainda da licença de operação e eu acho, pode contar comigo quanto
1959 conselheiro para estar junto com vocês nessa luta junto com a comunidade, no sentido de a
1960 gente resolver um problema sério em Coronel Fabriciano, que aí eu acho que o prefeito
1961 está certo no sentido de buscar essa solução do tratamento do esgoto, precisa adequar
1962 apenas o local da instalação, eu acho que não é difícil não, eu acho que nós vamos chegar a
1963 um consenso entre a comunidade e a empresa e os órgãos administrativos públicos, mas
1964 pode contar com a nossa luta aqui enquanto conselheiro aqui do COPAM, muito obrigado.
1965 DORGIVAL DA SILVA, SUPRAM LESTE DE MINAS – obrigado conselheiro, é, vou



1966 passar aqui os nomes, a gente já está aqui com a platéia um pouco esvaziada, que as vezes
1967 as pessoas já foram embora, Sr^a Luziane, Sr^a Luziane, não né, Marco Antônio de Carvalho.
1968 **MARCOS ANTÔNIO CARVALHO** – Sou morador do bairro Santa Terezinha 2, no
1969 entorno da ETE, o que eu quero colocar aqui pra vocês conselheiros, cumprimentar
1970 primeiro a mesa, o Dorgival né, cumprimentando a todos e todas presentes aqui, é o
1971 seguinte, a gente mora ali a mais de 40 anos, a prefeitura e a COPASA, fizeram esse
1972 convênio a mais tempo, pra construção dessa ETE, então o que aconteceu, o prefeito atual
1973 fez um outro contrato com a COPASA mudando a responsabilidade todinha para o
1974 município, não passou pela câmara, não discutiu com a comunidade, e quando nós
1975 descobrimos é que nós começamos a pesquisar sobre questões de ETE, nós fomos em
1976 Itabira, fomos em Belo Horizonte, todas elas fedem, a própria COPAS pediu que a gente
1977 fosse visitar e falou que não fedia e fede, e nós fomos lá no momento que realmente estava
1978 fedendo, e fizemos com os moradores que mora no entorno gravações e eles estão
1979 insatisfeitos com a COPASA, não só em Ipatinga também estão insatisfeito porque não
1980 consegue eliminar o odor, então é isso que a gente quer, antes que a COPASA cometa um
1981 crime ambiental dentro dos nossos lares e quem vai pagar a conta somos nós, que já
1982 estamos pagando isso a mais de 30 anos em Fabriciano o tratamento de esgoto, sendo que
1983 Timóteo não paga e nós já pagamos, e agora queremos a mudança do local, a COPASA
1984 não arreda o pé e nem o prefeito não houve a comunidade, fizemos várias audiência, pra
1985 ver se mobiliza e põe na cabeça da COPASA e do prefeito pra mudar essa área de
1986 localidade e eles insiste ainda falando que o projeto é moderno, não vai feder, a corrosão
1987 dos gases nos reatores, o tanque de Itabira foi tirado do centro da cidade e colocou retirado
1988 da cidade, por quê, justamente pelos gases que são produzidos ali são fortes, então esses,
1989 isso que a gente quer pedir aos conselheiros que também pressione a COPASA também pra
1990 que possa fazer mudança da localidade dessa estação de tratamento de esgoto, tem
1991 alternativa, e o preço nós estamos pagando a muito tempo e vão continuar pagando, não
1992 queremos que a população que mora no entorno vai viver com problemas pro resto de suas
1993 vidas e depois o prejuízo vai ser muito maior, que desativar uma ETE pra construir outra
1994 no local o preço, nós não estamos aí numa crise econômica hoje no mundo inteiro, pra ficar
1995 brincando aí com 40 milhões, 60 milhões a toa, é dinheiro nosso, então queremos
1996 responsabilidade com esse dinheiro, então deixo aqui a minha insatisfação, que a COPASA
1997 não cometa esse crime ambiental contra os moradores desse entorno e conta a cidade de
1998 Coronel Fabriciano, muito obrigado. **DORGIVAL DA SILVA, SUPRAM LESTE DE**
1999 **MINAS** – ok, Natália Trindade, Vilma Moura Guerra, Frederico Fidler, Wagner Alves dos
2000 Reis, Leandro Coelho, Marcelo Resende, Cleber Marques Silva, eu vou ler, mas não sei se
2001 eu vou ler certo, Alissom Rocha de Souza, Róbson Alves dos Reis, Teodorico, é isso
2002 mesmo, Teodorico Alves de Araújo Neto, está aí, ele está pedindo pra cancelar né, não vai
2003 fazer o uso da palavra, Alen Sandro Alexsandro, também não, e Paulo Célio de Figueiredo,
2004 também pediu, é só fazendo um pedido do Dr. Shelley aqui, sobre a data da eleição do
2005 Comitê de Bacia do Suaçuí, data, dia 17/07/2009, data aqui no calendário, aqui no processo
2006 eleitoral da comitê, bom, acho que passamos aqui aqueles que desejaram fazer o uso da
2007 palavra, nos queremos aqui então fazer o encerramento formal da nossa reunião
2008 agradecendo a presença de todos aqui e a equipe técnica e jurídica da SUPRAM, os
2009 conselheiros que nos honraram aqui com sua presença, aos que participaram, e ajudando,
2010 conscientes estamos ajudando o desenvolvimento sustentável da nossa região,
2011 agradecemos também a presença do empreendedores, consultores, estão sempre conosco
2012 aqui, muito obrigado e uma boa noite a todos.